

編號： 第 480/2014 號 (刑事上訴案)

上訴人： A (A)

B (B)

C (C)

D (D)

E (E)

日期： 2015 年 3 月 26 日

主要法律問題：

- 審檢分立原則
- 訴訟的正當性
- 法律定性
- 連續犯
- 特別減輕
- 量刑

摘 要

1. 原審法院對包括上訴人的相關嫌犯所判處的一項未遂的電腦詐騙罪其事實基礎亦是來自控訴書中已列明的事實，屬於原審法院不受約束的對事實之法律審判，而有關判罪亦不超出控訴書之控訴罪行。

因此，原審判決並未違反上訴人提出的審檢分立原則。

2. 真正因各被告之行為而受損失的，或因未遂行為可能遭受損失的，分別是“F 一人有限公司”及“G 一人有限公司”，因為是這兩家

公司作為博彩中介人公司，最後向被盜用資金的客戶全數作出了賠償。

再者，根據卷宗顯示，早在卷宗移交進行審理前，這兩家公司已成為輔助人並提起民事賠償請求。從上述行為中，上述受害人已清楚準確地表達了刑事追訴的意願。

因此，檢察院具有正當性促進關於該項未遂的電腦詐騙罪的刑事訴訟程序。

3. 從 2012 年 5 月某日至 6 月 6 日期間，有關事實中可以看到，相關嫌犯具有兩個不同的犯罪決意(透過不同的客戶假資料騙取兩筆款項)，具體實施的行為亦不相同，(由不同的嫌犯假扮客戶到不同的娛樂場提取籌碼。)

因此，嫌犯的有關行為應被界定為第 11/2009 號法律《打擊電腦犯罪法》第 11 條第 1 款第(1)項和第 3 款第(2)項規定及處罰的已遂的兩項相當巨額的電腦詐騙罪。

4. 考慮到本案的具體情節，各上訴人所實施的電腦詐騙及相當巨額電腦詐騙行為，並未出現任何誘發或促使上訴人多次犯罪的外在因素，而有關事實反而顯示其慣常及具有傾向性地行騙他人以獲取不正當利益，由此亦不能得出上訴人的故意程度因客觀條件的持續存在而獲得相當減輕從而降低對其行為的譴責程度的結論，故此，本案不存在連續犯的情況。

5. 上訴人 D 實際支付的賠償金額為港幣三十萬元，而其他部分，是透過偵查人員在偵查階段加以扣押的，兩部分總和即為他在犯

罪行為中的實際不法所得的全部。上訴人支付的賠償只能視為作了部分的給付，因為其餘部分乃偵查人員所發現及加以扣押，並非上訴人出於本意所作出的返還。

上訴人 C，已向受害人支付金額為港幣三百三十六萬六仟元的賠償金，是由其胞姐向受害人支付，並非透過其本人的能力而達成的。

故此，上訴人並未具備特別減輕刑罰的所有法定條件。

6. 經分析有關事實及所有對上訴人有利及不利的情節，本案中，原審法院對各人所作出的具體量刑實屬合理，量刑符合犯罪的一般及特別預防要求，並不存在過重的情況。

裁判書製作人

譚曉華

合議庭裁判書

編號： 第 480/2014 號 (刑事上訴案)

上訴人： A (A)

B (B)

C (C)

D (D)

E (E)

日期： 2015 年 3 月 26 日

一、 案情敘述

於 2014 年 5 月 2 日，上訴人 A(第一嫌犯)在初級法院刑事法庭第 CR4-13-0254-PCC 號卷宗內被裁定：

1. 以共同直接正犯和既遂方式於 2012 年 4 月 27 日觸犯一項第 11/2009 號法律《打擊電腦犯罪法》第 11 條第 1 款第(1)項和第 3 款第(2)項規定及處罰的相當巨額的電腦詐騙罪的控訴更改定性，改判以共同直接正犯和未遂方式觸犯一項第 11/2009 號法律通過的《打擊電腦犯罪法》第 11 條第 1 款第(1)項規定及處罰的電腦詐騙罪，被判處一年三個月徒刑；
2. 以共同直接正犯和既遂方式於 2012 年 6 月 6 日觸犯一項第 11/2009 號法律通過的《打擊電腦犯罪法》第 11 條第 1 款

第(1)項和第 3 款第 (2) 項規定及處罰的相當巨額的電腦詐騙罪，被判處六年三個月徒刑；

3. 兩罪競合，合共被判處七年實際徒刑之單一刑罰。

同判決中，上訴人 B(第三嫌犯)被裁定觸犯：

4. 以共同直接正犯和既遂方式於 2012 年 4 月 27 日觸犯一項第 11/2009 號法律《打擊電腦犯罪法》第 11 條第 1 款第(1)項和第 3 款第(2)項規定及處罰的相當巨額的電腦詐騙罪的控訴更改定性，改判以共同直接正犯和未遂方式觸犯一項第 11/2009 號法律通過的《打擊電腦犯罪法》第 11 條第 1 款第(1)項規定及處罰的電腦詐騙罪，被判處一年三個月徒刑；
5. 以共同直接正犯和既遂方式觸犯一項第 11/2009 號法律通過的《打擊電腦犯罪法》第 11 條第 1 款第(1)項和第 3 款第 (2) 項規定及處罰的相當巨額的電腦詐騙罪，被判處六年三個月徒刑；
6. 兩罪競合，合共被判處七年實際徒刑之單一刑罰。

同判決中，上訴人 C(第四嫌犯)被裁定觸犯：

7. 以共同直接正犯和既遂方式於 2012 年 4 月 27 日觸犯一項第 11/2009 號法律《打擊電腦犯罪法》第 11 條第 1 款第(1)項和第 3 款第(2)項規定及處罰的相當巨額的電腦詐騙罪的控訴更改定性，改判以共同直接正犯和未遂方式觸犯一項第 11/2009 號法律通過的《打擊電腦犯罪法》第 11 條第 1 款第(1)項規定及處罰的電腦詐騙罪，被判處一年三個月徒刑；
8. 以共同直接正犯和既遂方式於 2012 年 6 月 6 日觸犯一項第

11/2009 號法律通過的《打擊電腦犯罪法》第 11 條第 1 款第(1)項和第 3 款第 (2) 項規定及處罰的相當巨額的電腦詐騙罪，被判處五年三個月徒刑；

9. 兩罪競合，合共被判處六年實際徒刑之單一刑罰。

同判決中，上訴人 D(第五嫌犯)被裁定觸犯：

10. 以共同直接正犯和既遂方式於 2012 年 6 月 6 日觸犯一項第 11/2009 號法律通過的《打擊電腦犯罪法》第 11 條第 1 款第(1)項和第 3 款第 (2) 項規定及處罰的相當巨額的電腦詐騙罪，被判處五年六個月徒刑。

同判決中，上訴人 E(第六嫌犯)被裁定觸犯：

11. 共同直接正犯和既遂方式於 2012 年 6 月 6 日觸犯一項第 11/2009 號法律通過的《打擊電腦犯罪法》第 11 條第 1 款第(1)項和第 3 款第 (2) 項規定及處罰的相當巨額的電腦詐騙罪，被判處五年徒刑；

12. 以直接正犯和既遂方式觸犯一項《刑法典》第 244 條第 1 款 c)項和第 245 條規定及處罰的使用具特別價值的偽造文件罪，被判處三年六個月徒刑。

13. 兩罪競合，合共被判處七年三個月實際徒刑之單一刑罰。

上訴人 A(第一嫌犯)不服，向本院提起上訴。¹

¹其結論葡文內容如下：

1. Vem o presente recurso interposto do supra referido acórdão que condenou o arguido, ora recorrente, A (A), nas seguintes penas parcelares:

- 1 (um) ano e 3 (três) meses de prisão pelo crime, de “burla informática”, na forma

-
- tentada e em co-autoria, p. e p. pelo art.º 11º nº 1, al. 1) da Lei nº 11/2009; e
- 6 (seis) anos e 3 (três) meses de prisão pelo crime de “burla informática”, na forma consumada e em co-autoria, p. e p. pelo art.º 11º nº 1, al. 1) e nº 3, al. 2) da Lei nº 11/2009; Em cúmulo jurídico, foi aplicada ao arguido recorrente a pena de 7 (sete) anos de prisão.
2. Foi, ainda, o recorrente condenado a pagar, solidariamente com os demais arguidos, a saber, H (H), B (B), C (C), D (D), E (E) e I (I), uma indemnização de HKD\$2,583,606.67 à sociedade, G Sociedade Unipessoal Limitada (G 一人有限公司); e uma indemnização de HKD\$1,291,803.33 à sociedade, F Sociedade Unipessoal Limitada (F 一人有限公司).
 3. Não concorda o arguido recorrente com a pena que lhe foi aplicada porquanto, salvo o devido respeito, os dois crimes por que foi condenado não poderiam deixar de ser subsumidos à figura do crime continuado; a(s) pena(s) não está (ão) devidamente fundamentada(s), em comparação com os demais arguidos; e não foram devidamente considerados os pagamentos feitos pelo recorrente para efeitos do pagamento de uma indemnização às assistentes, nem tudo quanto lhe foi apreendido.
 4. O instituto do crime continuado conduz, a que várias condutas criminais, que deveriam constituir uma pluralidade de infracções, sejam unificadas num único crime, para efeitos punitivos, por força da diminuição da culpa do agente.
 5. Temos, assim, que, no crime continuado, há uma mera aparência de resoluções quando, na realidade, se está na presença de uma actividade reiterada não fragmentada, isto é, com uma dependência sucessiva da mesma que, de tal forma, não é possível um juízo de culpa separado em relação a cada uma destas actividades (a “realização plúrima”).
 6. No caso, está-se igualmente na presença da prática de um “mesmo tipo de crime”, “executado por forma essencialmente homogénea”
E “a mesma solicitação exterior” deriva, no caso em apreço, dos factos assentes em audiência de julgamento, nomeadamente, os factos 1, 2 3.
 7. Resulta, pois, que a conjugação de esforços de todos os arguidos para a prática dos crimes foi uma consequência única de o 1º arguido, ora recorrente, conhecer o sistema de funcionamento da sala onde trabalhava; e do facto de o 2º arguido ser um “especialista em informática”.
A “solicitação exterior” foi a mesma.
 8. Da primeira vez, houve uma tentativa falhada, em 27/04/2012; da segunda vez, a operação criminosa concretizou-se com o “enriquecimento ilegítimo” a que se alude nos a nºs 20 e 23 dos factos provados (e o consequente “prejuízo patrimonial” de terceiros), em 06/06/2012.
 9. Os arguidos aproveitaram-se de uma mesma situação exterior e da solicitação dela derivada para consumir o segundo crime de uma forma globalmente semelhante à da tentativa falhada.
 10. Entre ambas as actividades existe, como supra se referiu, uma dependência sucessiva. A tentativa foi o primeiro passo para a consumação do crime, não assumindo, por isso, relevância do ponto de vista criminal.
 11. E, após a sua consumação, pararam a sua actividade criminosa, o que é manifesto, uma vez que só foram detidos cerca de 10 meses após o crime consumado, sem que nenhuma outra vez tivesse ocorrido.
 12. A conduta dos arguidos não poderia, assim, deixar de ser subsumida à figura do crime continuado, nos termos do citado art.º 29º nº 2 do C.P..
 13. A pena aplicada ao arguido recorrente deveria ter sido subtraída às regras do concurso de penas, previstas no art.º 71º, aplicando-se a regra do art.º 73º, ambas do C.P..
 14. A pena, então, aplicável seria aquela que se reportasse à conduta mais grave que integra a

-
- continuação, logo, a do crime de “burla informática” (o único crime por que o arguido foi condenado), aquele p. e p. pelo art.º 11º n.º 1, al. 1) e n.º 3, al. 2) do Lei n.º 11/2009.
15. No tocante à determinação da medida das penas aplicadas ao recorrente - única e parcelares - insurge-se este quanto ao agravamento que lhe foi imposto, quando cotejadas aquelas com as penas parcelares e únicas impostas aos demais arguidos condenados pelo mesmo crime.
 16. Quanto ao crime na forma tentada, todos aqueles viram a sua conduta criminosa punida com a pena de 1 (um) ano e 3 (três) meses de prisão.
 17. O mesmo se não diga, contudo, da outra pena parcelar aplicada ao arguido recorrente (6 anos e 3 meses de prisão), quando comparada com estas mesmas penas parcelares aplicadas aos demais arguidos, pelo mesmo crime - 5 (cinco) anos de prisão para os 2º, 3º, 4º e 6º arguidos; 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses de prisão para o 5º arguido; e 6 (seis) anos de prisão para 7º arguido .
 18. Não fundamentou, como deveria, o Tribunal “a quo” estas discrepâncias, nem dos autos resulta o menor indício que as fundamente.
 19. A conduta do arguido recorrente em nada difere das dos demais arguidos, em relação ao crime consumado e, mesmo que diferisse, da sentença não consta a menor referência a tal facto.
 20. Tanto mais que, como provado (v. n.º 56), os 1º,2º, 3º,4º e 5º agiram em comunhão de esforços, com o intuito de obterem enriquecimento ilegítimo.
 21. Aqui chegados e perante o total silêncio do acórdão recorrido no que respeita à fundamentação da medida da pena, entende o arguido recorrente que a sua conduta não pode ser discriminada, quando comparada com a dos restantes arguidos.
 22. Assim sendo, seja na. forma adoptada pelo acórdão recorrido para a condenação por “dois crimes” - um, na forma tentada e, outro, na forma consumada - seja na forma que, se espera, da condenação da conduta do recorrente por um crime continuado, a pena a aplicar ao arguido recorrente em nada deverá diferir daquelas aplicadas aos demais arguidos, nomeadamente, o 2º,3º e 4º arguidos.
 23. Temos, assim, que a pena a aplicar ao recorrente, por “dois crimes”, deveria ser de 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses de prisão; e por um crime, na forma continuada, como se espera pela procedência da primeira parte deste recurso, a pena única de 5 (cinco) anos de prisão. Finalmente,
 24. Verifica-se, salvo o devido respeito, que o Tribunal “a quo” olvidou, na “comparticipação” do 1º arguido para o pagamento solidário da indemnização, tudo aquilo que lhe foi apreendido e que consta dos n.ºs 38, 39,40 e 41 e que, necessariamente, feita a avaliação e “venda”, irão reverter a favor daquelas sociedades assistentes, beneficiando todos os demais arguidos, face à solidariedade da dívida.
 25. Acresce que, também, sempre salvo o devido respeito, o Tribunal “a quo” não teve em consideração os documentos declarações feitas por J (J), irmã do 4º arguido, K (K) e pelo 2º arguido, H (H) (docs. n.ºs 1, 2 e 3 que ora se juntam, para a eventualidade de não constarem dos autos).
 26. Finalmente, o arguido recorrente, desde 22 de Outubro de 2013, que tentou entregar à assistente G Sociedade Unipessoal Limitada (G 一人有限公司), a quantia que, segundo ele, era o remanescente da sua “parte” na indemnização às assistentes (doc. n.º 4). Tal, sempre lhe foi recusado.
 27. Assim sendo, pretende o recorrente que a quantia em causa seja também considerada, no cômputo indemnizatório, juntando aos autos, em requerimento autónomo, o original do cheque visado em causa.

上訴人 B(第三嫌犯)不服，向本院提起上訴。²

-
28. Contabilizadas todas as quantias que lhe foram apreendidas e as que voluntariamente pagou, sem contar com os bens apreendidos supra referidos (n.ºs 38 a 41 da matéria assente) verifica-se que o arguido reembolsou já as ofendidas aproximadamente em HKD\$3,700,000.00, total que nenhum outro dos arguidos atingiu.

Fundamenta, por isso, o recorrente o seu recurso em questões de direito e em erro notório na apreciação da prova (art.º 400º n.º 1 e n.º 2 c) do C.P.P.).

Termos em que,

Como se peticiona deverá ser dado provimento ao presente recurso.

Assim se fazendo JUSTIÇA.

²其結論葡文內容如下：

1. O recorrente traz à superior apreciação de Vossas Excelências as questões da (a) falta de legitimidade do Ministério Público para a promoção do procedimento penal do crime de burla informática na forma tentada, (b) da determinação da justa medida da pena e (c) da aplicabilidade ao caso do instituto da suspensão da execução da pena.
2. Trata-se de questões de que podia conhecer a decisão recorrida (art.º 400.º, n.º 1, do Código de Processo Penal) - uma questão de direito - que tem que assentar nos elementos de facto que o douto Tribunal Colectivo verteu na decisão sobre matéria de facto e, ainda, nos demais elementos constantes dos autos.
3. O douto Tribunal recorrido considerou que, no dia 28 de Abril de 2012, os quatro arguidos e de entre eles o ora recorrente, como co-autores na forma tentada, de um crime de burla informática previsto e punido pela alínea (1) do n.º 1 do art.º 11.º da Lei n.º 11/2009, condenando-os na pena de 1 ano e 3 meses de prisão.
4. Conforme o facto provado 12., embora os vírus ficou introduzido escondidamente no computador da (Assistente) L GRUPO (MACAU) LIMITADA, mas o 2º arguido não conseguiu alterar os dados dos clientes .../ ...
5. Com base nos outros factos provados o Recorrente foi condenado, como co-autores e na forma consumada, de um crime de burla informática de valor consideravelmente elevado previsto e punido pela alínea (1) do n.º 1 do art.º 11.º e alínea (2) do n.º 3, ambos da Lei n.º 11/2009 na pena de 6 anos e 3 meses de prisão.
6. Em cúmulo jurídico, foi condenado na pena de 7 anos de prisão efectiva e solidariamente com os demais arguidos, no pagamento às Assistentes/Demandantes cíveis, G SOCIEDADE UNIPessoal LIMITADA da quantia de HK\$2,583,606.67 e F SOCIEDADE UNIPessoal LIMITADA da quantia de HK\$1,291,803.33.
7. Ressalvado o devido respeito que é muito, o douto Tribunal a quo, não andou bem ao condenar o ora Recorrente do crime na forma tentada de burla informática, porque não observou a falta de um dos factores muito importante e imprescindível para a sua condenação que é o exercício válido e atempado do direito de queixa pelo seu titular.
8. Sendo que, no dia 28 de Abril de 2012, os quatro arguidos e de entre eles o ora recorrente, foram considerados como co-autores na forma tentada, tal ilícito criminal tem natureza semi-pública e, segundo o disposto no n.º 4 do art.º 11.º da Lei n.º 11/2009, o procedimento penal depende de queixa.
9. No entanto, não se mostrou junto aos autos que esse direito tenha sido exercido válido e atempadamente pelo seu titular, nesta conformidade; por força do disposto no n.º 4 do

-
- art.º 11.º da Lei n.º 11/2009, conjugado com os n.º 1 do art.º 105.º e do art.º 107.º, ambos do Código Penal, deve ser declarada extinta a responsabilidade penal dos 1º a 4º arguidos (incluindo o ora recorrente) nessa parte por falta de legitimidade do Ministério Público para promover o procedimento penal.
10. Constam nos autos que foram Assistentes: 1) F SOCIEDADE UNIPessoal LIMITADA; 2) G SOCIEDADE UNIPessoal LIMITADA; 3) COMPANHIA DE M (GRUPO) LIMITADA e 4) L GRUPO (MACAU) LIMITADA e as mesmas outorgaram procuração com poderes forenses (gerais), respectivamente nos dias 4/9/2013 (fls, 2271 dos autos); 3/9/2013 (fls. 2272); 4/9/2013 (fls, 2273) e 30/10/2013 (fls. 2397) para os seus Advogados procederem os pedidos cíveis, por enxerto.
 11. E, no dia 23/4/2013 a Assistente COMPANHIA DE M (GRUPO) LIMITADA constituiu-se ainda mandatário seu o Sr. O para exercer o direito de queixa junto da PJ (fls. 1920 e 1923 dos autos).
 12. Nessa procuração de 23/4/2013, a favor do Sr. O, a fls, 1923 embora emitida em nome da referida COMPANHIA DE M (GRUPO) LIMITADA, com teor de constituir mandatário para proceder criminalmente nos 2 casos de burla ocorridos no ano de 2012, com os números de inquérito 5772/2012 e 2033/2012, mas nela apenas ficou aposta o carimbo da referida companhia, sem a assinatura do seu administrador legal ou alguém com poderes para o efeito.
 13. Violou, com a ressalva do devido, os dispostos no n.º 3 do art.º 38.º do CPP, conjugado com o art.º 128.º do Código do Notariado, constituiu-se de per si vícios materiais e formais que determina a invalidade da mesma.
 14. Salienta-se que o mesmo mandatário Sr. O já desde o passado dia 9/6/2012 foi inquirido na PJ (fls, 102 dos autos), mas nunca ele exerceu validamente o direito de queixa da Assistente, COMPANHIA DE M (GRUPO) LIMITADA e só no dia 23/4/2013 juntou aos autos da procuração “inválida” e declarou expressamente que a Assistente deseja procedimento criminal nos autos,
 15. Sempre se dirá que o direito de queixa da Assistente supra não foi nunca exercida válida (por vícios detectados na procuração) e atempadamente (muito além do prazo legal de 6 meses).
 16. Por outro lado, embora todas as Assistentes também constituíram mandatários judiciais nos presentes autos, porém os direitos conferidos aos respectivos Advogados foram tão só os direitos forenses (gerais) e não os poderes especiais exigidos nos termos do n.º 3 do art.º 38.º do CPP, pelo que não podem também os mesmos exercer válido e atempadamente o direito de queixa das Assistentes.
 17. Atendendo que a frustração do crime em apreço, na forma tentada, aconteceu no dia 28/4/2012 (vide facto provado 12.) e que a participação dos crimes junto da PJ foi no dia 6/6/2012, através de uma gerente de contabilidade da Assistente L GRUPO (MACAU) LIMITADA (fls, 2 dos autos). Os ora Assistentes devem exercer os seus direitos de queixa no prazo legal de 6 meses, sob pena de extinção desse direito, ou seja até ao dia 5/12/2012.
 18. Acontece que, mesmo até ao presente momento, nenhuma das Assistentes exerceu validamente o seu direito de queixa, pelo que esse direito de queixa extinguiu-se nos termos do art.º 107.º do Código Penal.
 19. Porém, o douto Tribunal a quo não valorou este facto de falta de legitimidade do M.P. para promover o procedimento penal e condenou o ora Recorrente na pena de prisão de 1 ano e 3 meses.
 20. O douto Acórdão recorrido violou as normas dos dispostos no n.º 4 do art.º 11.º da Lei n.º 11/2009, conjugado com os n.º 1 do art.º 105.º e do art.º 107.º, ambos do Código Penal,

-
21. Na verdade, no modesto entendimento do Recorrente, o douto Tribunal a quo deve declarar extinta a responsabilidade penal dos 1º a 4º arguidos (incluindo o ora recorrente) nessa parte por falta de legitimidade do Ministério Público para promover o procedimento penal.
 22. Deve V. Exa., Excelentíssimos Senhores Juízes desse Alta Instância absolver o ora Recorrente e os 1º, 2º e 4º arguidos do crime de burla informática na forma tentada, declarando extinta a responsabilidade penal dos mesmos.
 23. Na determinação da medida da pena está subjacente a fixação (num primeiro momento) da medida abstracta e (num segundo momento) da medida concreta, sendo que a pena escolhida e aplicada ao recorrente pelo douto Tribunal recorrido teve que tomar em consideração aquela moldura penal abstracta.
 24. Se é certo que invocou na decisão o art.º 65.º do Código Penal que contém a enumeração exemplificativa das circunstâncias a que o tribunal deve atender para determinar a medida da pena, o douto Tribunal recorrido não atendeu a todos os elementos que poderiam ser valorados com vista a uma pena adequada.
 25. Sendo considerável a diferença entre o mínimo e o máximo da pena aplicável, no caso concreto, ao ora recorrente, o Tribunal recorrido teria que esgotar a valoração de todas as circunstâncias a favor ou contra o recorrente, de uma forma mais profunda ainda, para permitir uma melhor adequação da pena às características do caso.
 26. Não podendo dizer-se que o Recorrente não tem culpa e que a sua participação não teve influência no êxito do plano ilícito e se é verdade que a adesão a um propósito comum existiu, no caso aqui em apreciação, as acções do recorrente não foram idóneas à produção do resultado pretendido por todos, pois resulta da matéria de facto que os 1º e 5º arguidos eram funcionários do casino do Assistente.
 27. No caso, os arguidos executaram tal plano conjuntamente, tendo cada um deles adoptado as condutas que iriam conduzir ao fim almejado por todos, sendo, porém, possível, no caso, descortinar que o modo de execução por três deles (1.º e 2.º e 5º arguidos) foi mais expressiva do que a actuação dos restantes quatro arguidos (3.º, 4.º, 6º e 7.º arguidos).
 28. Mais do que qualquer outro, os 1.º e 5º arguidos tinham a obrigação de não trair a confiança que nele era depositada pela sua empregadora, Assistente nos autos.
 29. Face ao somatório das circunstâncias favoráveis ao ora recorrente, julga-se que uma pena de três (3) anos seria justa e proporcional.
 30. A suspensão da execução da pena depende da verificação de dois pressupostos: um formal (uma pena não superior a três anos) e outro material consistente numa prognose social favorável ao arguido.
 31. O pressuposto material da suspensão da execução da pena é limitado por duas coordenadas: (1) a salvaguarda das exigências mínimas essenciais de defesa do ordenamento jurídico (prevenção geral) e o (2) afastamento do agente da criminalidade (prevenção especial).
 32. Face aos fundamentos apresentados, essa Alta Instância poderá considerar adequada ao caso concreto a pena pedida de três (3) anos, verificando-se, assim, o pressuposto formal da suspensão da execução da pena.
 33. Em sede de ponderação da suspensão da execução da pena de prisão, pertence ao domínio dos poderes de livre apreciação e convicção dos tribunais que conhecem matéria de facto o juízo de prognose sobre as capacidades e potencialidades do arguido em adoptar uma postura socialmente conforme, pelo que podem Vossas excelências, Senhores Juízes do TSI, conhecer esta questão, face aos elementos existentes nos autos.
 34. Sendo certo que a RAEM está dotada de um sistema penitenciário que garante o respeito pela dignidade humana, foi uma preocupação constante do legislador limitar, tanto quanto

上訴人 C(第四嫌犯)向本院提起上訴,並提出了以下的上訴理由
(結論部分):

1. 從控訴書可見,檢察院控訴立場是以騙取港幣 500 萬元及港幣 1,000 萬元的兩筆款項作為考慮因素而控訴嫌犯 A、H、B、C 及 D 共同觸犯的兩項電腦詐騙罪;同樣地,檢察院也是以同一考慮因素而控訴嫌犯 E 及 I 各自觸犯的一項

-
- possível, a pena de prisão, atento o seu incontroverso efeito criminógeno.
 35. A possibilidade legal de subordinar a suspensão da execução da pena de prisão ao cumprimento de deveres ou à observância de regras de conduta com o fim de reparar o mal do crime, por um lado e a facilitar a readaptação social, por outro, garante suficientemente a salvaguarda das exigências mínimas essenciais do ordenamento jurídico (prevenção geral) e reforça o carácter pedagógico da medida (prevenção especial), pelo que, se fôr considerado conveniente, por Vossas Excelências, deverão ser fixadas certas obrigações (art.ºs 49.º e 50.º do Código Penal) ao recorrente que servirão também para compensar a situação decorrente da não execução da pena de prisão.
 36. O douto Acórdão recorrido violou a norma do art.º 65.º do Código Penal de Macau.
 37. O Acórdão recorrido fez uma errada operação de determinação da pena ao não valorar a participação menos expressiva do recorrente, relativamente à dos 1º, 2º e 5º arguidos no cometimento dos crimes.
 38. O douto Tribunal recorrido não fez um correcto procedimento ou operação de determinação da pena e fez uma incorrecta aplicação dos princípios gerais de determinação, não indicando factores relevantes para aquela determinação, nem considerando relevantes certos factores admissíveis no caso concreto para a escolha da medida da pena a aplicar ao ora recorrente.

PEDIDO

NESTES TERMOS e contando com o indispensável suprimento de Vossas Excelências, Venerandos Juízes, requer seja dado provimento ao recurso e, em consequência:

1. Seja declarada extinta a responsabilidade penal do ora Recorrente e dos 1º, 2º e 4º arguidos, absolvendo-os do crime de burla informática, na forma tentada, por falta de legitimidade do Ministério Público para promover o procedimento penal, uma vez que é de conhecimento oficioso.
2. Seja aplicada uma pena de prisão de três anos que se considera justa e proporcional, suspendendo-se a sua execução por um período de quatro anos, impondo-se-se ainda fôr do superior entendimento de Vossas Excelências - certas obrigações, fixando-se alguns dos deveres ou das regras de conduta previstas nos art.os 49.º e 50.º do Código Penal.
3. Se assim não for julgado oportuno, sempre, deverá o arguido ser condenado numa pena de prisão de 5 anos, por ser mais justa e adequada, porque a participação do Recorrente, nos crimes em apreços foi menos expressiva, quando aferida pela participação dos 1º, 2º e 5º arguidos.

Assim se procedendo, far-se-á a costumada JUSTIÇA!

電腦詐騙罪，因為兩人僅各自在不同的受害人地點騙取相關款項。

2. 由此可見，檢察院是以騙取的金額作為控訴犯罪數目的考慮因素。
3. 然而，原審裁判卻將檢察院的控訴書立場理解以時間性作為控訴犯罪數目的考慮因素，即以 2012 年 4 月 27 日及 2012 年 6 月 6 日相關犯罪的實施日期作為認定犯罪的數目及方式。
4. 檢察院也無意就嫌犯 A、H、B、C、及 D 於 2012 年 4 月 27 日所參與和實施的行為針對彼等提出控訴。
5. 上訴人認為原審裁判是誤解檢察院控訴書的控訴及其內容，導致錯誤以為檢察院有控訴嫌犯 A、H、B、C 及 D 於 2012 年 4 月 27 日所參與和實施的相關犯罪行為，繼而在判決中改為判處該等嫌犯於 2012 年 4 月 27 日以共同直接正犯和未遂方式觸犯第 11/2009 號法律《打擊電腦犯罪法》第 11 條第 1 款第(1)項規定及處罰的一項電腦詐騙罪。
6. 檢察院沒有控訴第一至第五名嫌犯以任何方式(既遂或是未遂)於 2012 年 4 月 27 日或 28 日觸犯相關的犯罪行為。面對沒有提出相關控訴的事實，根據審檢分立的訴訟原則，上訴人於 2012 年 4 月 27 日或 28 日以共同直接正犯和未遂方式觸犯第 11/2009 號法律《打擊電腦犯罪法》第 11 條第 1 款第(1)項規定及處罰的一項電腦詐騙罪應不予判處。
7. 因而原審裁判違反審檢分立的刑事訴訟原則。
8. 即使上述第一項的爭議不能成立，上訴人提出如下爭議的理由：

9. 第 11/2009 號法律第 11 條第 1 款、第 2 款及第 4 款規定，凡屬電腦詐騙罪之未遂情況，均應適用非經告訴不得進行刑事程序之制度。換言之，非屬巨額及相當巨額的電腦詐騙罪以既遂或未遂方式實施者，均應屬“準公罪”。
10. 根據第 11/2009 號法律第 11 條第 4 款規定結合《刑法典》第 105 條第 1 款規定，如屬非經告訴不得進行刑事程序之情況，則被害人須有提出告訴之正當性，但另有規定者除外。具有法律籍著訂定罪狀特別擬保護之利益之人，視為被害人。
11. 根據《刑事訴訟法典》第 38 條第 3 款之規定，告訴須由告訴權人或具有特別權力之受任人提出。
12. 根據《公證法典》第 128 條之規定，作出上述授予特別權力之授權書，應至少以經認證之文書之方式作出。
13. 本案中，被害人 M 集團有限公司於 2013 年 4 月 23 日委任一名 O 先生代表其向司法警察局就本案提出檢舉。首先，O 先生並非該法人公司的行政管理機關成員，而載於卷宗第 1920 頁及 1923 頁之委託信函中，僅蓋有被害人 M 集團有限公司之蓋章，並無任何人仕的簽名，更加無經過任何公證手續作認證。
14. 由於欠缺適時及有效的告訴，根據《刑事訴訟法典》第 38 條第 1 款之規定，檢察院亦無針對有關未遂犯罪提起及促進本刑事訴訟程序之正當性。
15. 因而原審法院違反上列援引的法律規定。
16. 即使上述見解不獲接納，上訴人分別於 2012 年 4 月 27 日實施的未遂行為，以及於 2012 年 6 月 6 日實施的既遂行為，

均產生於同一犯罪決意，實現的是同一罪狀，實行之方式基本相同，以及均是基於同一外在情況誘發下實行，故應僅構成一次連續犯。

17. 第一至第四嫌犯共同組構了一個犯罪計劃，並在及後時間裏共同協力去實行。然而，以上犯罪計劃是由第二嫌犯主動提出和主導的，原因是他精通電腦以及熟識電腦病毒的運用，而且還基於第一嫌犯是在被害人旗下的賭廳中任職帳房主任，熟識帳房運作，尤其是客戶取款的程序，而且又方便對帳房電腦進行操作，從而協助第二嫌犯植入有關電腦病毒程序。
18. 由於第二嫌犯強調有關方法可行，且在該嫌犯的極力聲援和推動下，上訴人被遊說參與，處於被動的角色。
19. 因此，對上訴人來說，於 2012 年 4 月 27 日或 28 日及 2012 年 6 月 6 日先後所實施的相關犯罪行為之間存在可以相當減輕上訴人罪過的外在誘因。
20. 根據《刑法典》第 29 條第 2 款之規定，數次實現同一罪狀或基本上保護同一法益之不同罪狀，而實行之方式本質上相同，且係在可相當減輕行為人罪過之同一外在情況誘發下實行者，僅構成一連續犯。
21. 基於此，上訴人是以連續犯方式實施兩項電腦詐騙罪，應只科處其中最嚴重行為之刑罰處罰，即其以既遂方式實施的一項第 11/2009 號法律第 11 條第 1 款第(1)項及第 3 款第(2)項所規定及處罰的相當巨額的電腦詐騙罪。
22. 被上訴裁判在對上訴人的未遂罪進行量刑時，明確指出經考慮《刑法典》第 67 條關於刑罰之特別減輕的規定，故就

該犯罪判處上訴人一年三個月徒刑的處罰。然而，原審法院在對上訴人的既遂犯罪進行量刑時，卻沒有指出考慮任何特別減輕情節，而將既遂罪的刑罰定為五年三個月徒。

23. 事實上，上訴人於第一審審判聽證開始前，即 2013 年 10 月 23 日，已透過其姐姐 N 小姐分別向被害人償還了港幣 1,700,000 元及港幣 1,666,000 元兩筆款項，即合共港幣 3,366,000 元。上指兩筆款項的收據已由被害人的代表律師於 2013 年 10 月 31 日提交的民事損害賠償請求書中作為附件而被附於卷宗之內。(見載於卷宗第 2383 頁至 2395 頁之民事損害賠償請求書中第 36 條及第 37 條事實，以及該請求書之附件 10 和 11)
24. 根據《刑法典》第 201 條第 1 款之規定，如在第一審之審判聽證開始前，返還盜竊或不正當據為己有之物，又或行為人彌補所造成之損失，且未對第三人構成不正當之損害者，則特別減輕刑罰。
25. 《刑法典》第 66 條第 1 款規定，除法律明文規定須特別減輕刑罰之情況外，如在犯罪之前或之後或在犯罪時存在明顯減輕事實之不法性或行為人之罪過之情節，或明顯減少刑罰之必要性之情節，法院亦須特別減輕刑罰。
26. 在此情況下，屬於法律規定的強制性特別減輕的情況，故原審法院在對上訴人以既遂方式實施的一項“相當巨額的電腦詐騙罪”進行具體量刑時，必須根據《刑法典》第 66 條第 1 款結合第 67 條第 1 款 a) 項及 b) 項之規定而適用刑罰之特別減輕，從而將有關“相當巨額的電腦詐騙罪”刑罰的上限減少三分之一至六年零八個月，而下限則應減為法定

最低限度之一個月(見《刑法典》第 41 條第 1 款)。

27. 因此，針對上訴人以既遂方式實施的一項“相當巨額的電腦詐騙罪”，其法定刑幅應為一個月至六年八個月徒刑之間，而原審法院在對此犯罪進行具體量刑，明顯沒有考慮上訴人已將其犯罪所得全部返還予被害人這一事實，而將刑罰定於五年三個月這一接近法定刑幅上限的水平。
28. 即使不認為如此，上訴人於 2014 年 5 月 26 日主動回澳投案，正面面對司法審訊。
29. 基於此，上訴人亦應符合《刑法典》第 66 條第 2 款 c)項所指，作出顯示其真誠悔悟之行為，尤其係對造成之損害盡其所能作出彌補，因而原審法院在量刑時應給予上訴人特別減輕。
30. 原審法院違反《刑法典》第 66 條第 1 款結合第 67 條第 1 款 a)項及 b)項之規定。
31. 上訴人認為原審法院在量刑上除了欠缺考慮以上的特別減輕情節外，尚應考慮以下事實因素和有關法律規定。
32. 本案中，由第二嫌犯在最初主動策劃犯罪，上訴人僅為附和角色。及後的第一次入侵行動中，只有第一至第三嫌犯有實際參與，上訴人除了在討論犯罪協議時在場以外，與第一次入侵行為並無其他實質關聯。(見獲證事實第 9 至第 12 條)
33. 即使在第二次入侵行動中，上訴人也僅僅擔當輔助角色。該次行動中，由第二嫌犯在幕後負責電腦技術上的操控，第一嫌犯控制第五嫌犯在帳房里操作電腦，第三嫌犯負責安排第六及第七嫌犯來澳和操控他們假扮客戶到賭廳提

款，而上訴人沒有作出實質的參與行為。(見獲證事實第 13 至第 32 條)

34. 根據《刑法典》第 40 條及第 65 條規定並結合本案的獲證明的事實，上訴人認為原審裁判就其以既遂方式實施的一項第 11/2009 號法律第 11 條第 1 款第(1)項及第 3 款第(2)項所規定及處罰的相當巨額的電腦詐騙罪，判處五年三個月徒刑實屬過重，結合經考慮上文提及特別減輕情節後而定的新刑幅，上訴人認為應被科處的刑罰為三年或以下的徒刑最為適當。
35. 最後，倘若各位法官閣下接納上訴人上述提出的各項理由，上訴人請求判處不超過三年徒刑的刑罰，並懇請給予其緩刑的機會，理由如下：
36. 上訴人現育有一名兒子和一名女兒，他們分別只有六歲及四歲，均在澳門學習和生活。眾所週知，在小孩子的成長階段，十分需要爸爸在身邊扶持和教導，事後發，上訴人已深感悔疚，而其犯罪所得餘下來的約 180 多萬港元已被當局押扣在案，故其唯有將家庭居所單位抵押，借銀行借取了一筆 300 多萬元的貸款，以盡快將款項償還予案中的被害人。
37. 可以肯定，以一個科處監禁處罰的有罪判決來對上訴人作威嚇，已足以適當地實現我們刑法處罰的目的，因此，應符合《刑法典》第 48 條第 1 條規定可給予暫緩執行徒刑之法定前提。
38. 綜上理由，原審裁判是違反以上所列及適用的法律規定。
綜上所述，按照以上依據及倘適用的補充法律規定，懇請尊敬

的中級法院各位法官閣下裁定本上訴理由成立，並批准以上各項的請求。

請求一如既往公正裁判！

上訴人 D(第五嫌犯)向本院提起上訴，並提出了以下的上訴理由（結論部分）：

1. 關於原審法庭在判決書內已獲證明之事實，當中包括下列：2012年5月某日，第二嫌犯H向第一嫌犯A、第三嫌犯B及第四嫌犯C告知操控已受電腦病毒影響的賬房電腦系統的新方法，當時，由於第一嫌犯A已辭去“XX會”的賬房工作致無法配合相關計劃，為此，第二嫌犯H要求第一嫌犯尋找其在“XX會”的其他相熟的賬房職員提供協助。之後，第一嫌犯A聯絡“XX會”的賬房職員即第五嫌犯D用膳，期間，第一嫌犯詢問第五嫌犯有否興趣“搵快錢”並向其告知上述作案計劃，當時，第五嫌犯隨即答應，為此，在約兩星期後，第一嫌犯將一部手提電話連電話卡交予第五嫌犯以作聯絡之用。七名嫌犯A、H、B、C、D、E和I的上述行為合共取得壹仟伍佰萬港元(HKD15,000,000.00)，其中，第一至第四嫌犯A、H、B和C每人分得叁佰貳拾萬港元(HKD3,200,000.00)，第五嫌犯D獲分捌拾萬港元(HKD800,000.00)，餘款壹佰肆拾萬元(HKD1,400,000.00)由第四嫌犯C用於支付購買手提電話、電話儲值卡、電腦器材的開支以及兩名內地嫌犯即第六嫌犯E及第七嫌犯I的報酬。之後，第一嫌犯A相約第五嫌犯D見面並收回相關手提電話及電話卡，其將叁拾萬港元(HKD300,000.00)現金交

予第五嫌犯，並告知第五嫌犯餘款伍拾萬港元(HKD500,000.00)將會存入以第一嫌犯 A 的女朋友 K 在.....“XX 會”開設的 X169 兌碼戶口以收取股東息，為此，第五嫌犯 D 所得報酬合共捌拾萬港元(HKD800,000.00)。調查過程中，刑事偵查員發現五名嫌犯 A、H、B、C、及 D 將部分從“XX 會”取得的金錢存放在.....娛樂場的“XX 會”、.....娛樂場的“YY 貴賓會”及.....娛樂場的“ZZ 貴賓會”為此，經接觸該三個貴賓會的相關職員，警方對下列款項進行扣押，當中包括：第一嫌犯 A 及第五嫌犯 D 透過 K 存放在“.....娛樂場”36 樓“XX 貴賓會”X169 號兌碼戶口的現金籌碼壹佰萬港元(HK\$1,000,000.00，參見卷宗第 1907 頁扣押筆錄及第 1908 頁照片)。於本案庭審開始之前，第五嫌犯 D 已支付損害賠償港幣三十萬港元。上訴人的兩名證人指出，上訴人於案發後積極安排家人籌集資金進行賠償。上訴人於庭審期間對被控事實作出毫無保留的坦白自認。上訴人為初犯，需贍養父母及祖母。

2. 對於原審法院的判決，除抱應有的尊重外，上訴人表示不服，對該等判刑並未分析特別減輕的情況及量刑過重的決定，根據澳門《刑事訴訟法》第 400 條、第 1 款的規定，提出上訴。
3. 在本案中，上訴人基於有關的犯罪行為而獲得之不法所得為港幣 捌拾萬元(HKD\$800,000.00)；當中有關的港幣伍拾萬元(HKD\$500,000.00)，已透過偵查人員對相關“XX 貴賓會” X169 號兌碼戶口進行扣押。於本案庭審開始之前，上訴人已支付了餘下的損害賠償港幣三十萬港元

(HKD\$300,000.00)。

4. 對此，上訴人已盡其經濟能力，全數返還了其所獲得之不當利益。根據澳門《刑法典》第 201 條的規定，對於在第一審之審判聽證開始前，向被害人全數返還相關的不當所得，必須作特別減輕；倘屬向被害人作出部份返還，則可考慮對行為人給予特別減輕。
5. 然而，原審合議庭僅提及了澳門《刑法典》第 201 條的法律條文，但並未對上訴人的具體狀況，屬為何不適用該特別減輕之規定，進行分析。
6. 從審判聽證中，可以知悉有關的涉案金額為港幣壹仟伍佰萬元(HKD\$15,000,000.00)，於聽證前所有嫌犯合共向被害人返還了港幣壹仟壹佰壹拾貳萬肆仟伍佰玖拾元(HKD\$11,124,590.00)；屬於向被害人返還了大部份的金額。在庭審當中，尤其指出了上訴人在返還有關不法所得時，是以積極且負責任的態度作出；就其所獲取的部份已作出了全數返還。
7. 可是，原審合議庭明顯遺漏了就一眾嫌犯(當中包括上訴人)所作出返還不法所得之事宜進行分析，亦缺乏對上訴人是否可適用該等減輕情節的法律問題作出審理。
8. 另一方面，根據證人證言可以知悉上訴人的生活背景和工作，及其人格狀況，以致上訴人在案發後的積極彌補；均可以顯示上訴人僅因一時貪念而做出犯罪行為，並且已表示深成後悔。
9. 因此，無論從澳門《刑法典》第 201 條的考慮，還是從同一法律第 66 條、第 2 款 C 項的考慮；均應對上訴人給予一

個適用特別減輕的機會。根據澳門《刑法典》第 67 條、第 1 款 a)項及 b)項的規定，徒刑之最高限度減三分之一，徒刑之最低限度減為法定之最低限度。因此，針對上訴人所作出的定罪量刑，應為處以一個月至六年八個月之間進行考慮。

10. 原審合議庭在量刑方面，認為對上訴人所觸犯的一項電腦詐騙罪，應判處五年六個月徒刑為宜；然而，上訴人除抱有尊重之態度外，對此表示不同意。
11. 分析整個卷宗，可以簡單了解到有關本案的主要策劃及起因，仍是先建基於第一至第四名嫌犯的合謀；而且他們更存在另一獨立的未遂之犯罪行為。明顯地，上訴人在後期所參與的部份，僅是局限於唯一的一項行為，即由第一嫌犯誘使上訴人在其工作地點，不正當地進行電腦互聯網的登入操作。
12. 上訴人除認識第一嫌犯外，並不認識本案中的其他各名嫌犯；在其所獲得之不正當利益，也屬於從第一嫌的不法利益中分割出來，從而向上訴人支付的。
13. 由此可見，上訴人僅為第一嫌犯以一種協助形式進行相關的犯罪事宜。
14. 因此，對於上訴人的可譴責性，實屬遠比第一至第四名嫌犯要低。然而，在簡單察看第二名嫌犯與上訴人的量刑作出單純的比較；針對上訴人的量刑明顯過重。
15. 於第二嫌犯在原有的相當巨額電腦詐騙罪的基礎上，再針對其多一項的未遂之電腦詐騙罪，進行兩罪處罰後；竟然與上訴人僅觸犯一項罪行的量刑，完全相同。上訴人對此

表示明示不能接受。

16. 根據澳門《刑法典》第 40 條、第 2 款的規定，在任何情況下，刑罰均不得超逾罪過之程度；同時，根據澳門《刑法典》第 65 條、第 1 款的規定，刑罰份量之確定須按照行為人之罪過及預防犯罪之要求，在法律所定之限度內為之。
17. 綜合上述整個案情的分析，可以知悉上訴人僅以一種輔助性質為第一嫌犯實施了部分的犯罪事實；故針對上訴人的量刑必須比第一至第四名嫌犯(尤其是與第二名嫌犯相比)的最低量刑為輕。否則，原審合議庭即沾上了罪過與量刑不相適應之瑕疵。
18. 其次，根據澳門《刑法典》第 65 條、第 2 款的規定 a 項的規定，在確定刑罰之份量時，法院須考慮所有對行為人有利或不利而不屬罪狀之情節事，尤其事實之不法程度、實行事實之方式、事實所造成之後果之嚴重性，以及行為人對被要求須負之義務之違反程度。
19. 從庭審聽證中，得悉上訴人是在期後才參與有關的犯罪行為，主要是基於第一嫌犯誘使上訴人作出有關的犯罪活動。分析卷宗內的各項證據，均顯示第一至第四名嫌犯為對等關係；而上訴人與他們之間，僅屬一種次一等的關係。
20. 可是，在原審合議庭的判決內，明顯忽略了上述各名嫌犯與上訴人之間的不同地位，以致對上訴人所作的事實不法程度，作出了過重的考慮。

綜上所述，懇請尊敬的中級法院法官閣下針對上訴人，在對其適用特別減輕的抽象刑幅作出處理後，並根據以上各理由作出相適應之量刑，建議改判上訴人以共同直接正犯和既遂方式所觸犯的一項相

當巨額詐騙罪，應判處三年徒刑為宜。最後，懇請一如既往，作出公正裁判。

上訴人 E(第六嫌犯)向本院提起上訴，並提出了以下的上訴理由（結論部分）：

1. 上訴人認為原審法院在量刑時，實質違反了《刑法典》第 40 條及 65 條之規定。
2. 因此，上訴人被指於 2012 年 6 月 6 日以共同直接正犯和既遂方式觸犯第 11/2009 號法律通過的《打擊電腦犯罪法》第 11 條第 1 款第(1)項和第 3 款第(2)項規定及處罰的一項相當巨額的電腦詐騙罪，判處五年徒刑；及一項以直接正犯和既遂方式觸犯《刑法典》第 244 條第 1 款 c)項和第 245 條規定及處罰的一項使用具特別價值的偽造文件罪，判處三年六個月徒刑，均明顯過多；
3. 亦實質違反了《刑法典》第 72 條 2 款之規定，即原審法院將上述兩項刑罰競合後，合共判處七年三個月實際徒刑的單一刑罰，明顯過高及過重。
4. 《刑法典》第 40 條和 65 條規定了“具體刑罰之確定須按照行為人之罪過及預防犯罪的要求為之，同時，亦須考慮不法程度、實行之方式、後果之嚴重性、對被要求須負義務之違反程度、故意之嚴重程度、所表露之情感、嫌犯之動機、嫌犯之個人狀況及經濟狀況、事發前後之行為及其他已確定之情節”
5. 上訴人認為根據已證明之事實，被上訴之裁判量刑時明顯沒有考慮《刑法典》第 40 條和 65 條所規定之內容，因此，

其被指控觸犯一項第 11/2009 號法律通過的《打擊電腦犯罪法》第 11 條第 1 款第(1)項和第 3 款第(2)項規定及處罰的一項相當巨額的電腦詐騙罪，判處五年徒刑；及一項同以直接正犯和既遂方式觸犯《刑法典》第 244 條第 1 款 c)項和第 245 條規定及處罰的一項使用具特別價值的偽造文件罪，判處三年六個月徒刑，均明顯過多；

6. 因此，應對一項以共同直接正犯和既遂方式觸犯第 11/2009 號法律通過的《打擊電腦犯罪法》第 11 條第 1 款第(1)項和第 3 款第(2)項規定及處罰的一項相當巨額的電腦詐騙罪，改判少於三年之徒刑或少於五年徒刑；
7. 及應對一項以直接正犯和既遂方式觸犯《刑法典》第 244 條第 1 款 c)項和第 245 條規定及處罰的一項使用具特別價值的偽造文件罪，改判少於三年之徒刑或少於三年六個月徒刑；
8. 原審判決亦實質違反了《刑法典》第 72 條 2 款之規定，即原審法院將上述兩項刑罰競合後，合共判處七年三個月實際徒刑的單一刑罰，明顯過高及過重。
9. 因此，應對上訴人改判少於三年之徒刑或少於七年三個月之單一刑罰。
10. 如尊敬的法官閣下認同以上所述；
11. 上訴人認為原審法院作出現被上訴之裁決亦實質違反了《刑法典》第 48 條之規定，即錯誤地沒有決定批准暫緩執行上訴人被判處之徒刑。
12. 《刑法典》第 48 條 1 款規定了“經考慮行為人之人格、生活狀況、犯罪前後之行為及犯罪之情節，認為僅對事實作

譴責並以監禁作威嚇可適當及足以實現處罰之目的者，法院得將科處不超逾三年之徒刑暫緩執行”；

13. 上訴人認為對上訴人作譴責並以監禁作威嚇已可適當及足以實現處罰之目的，故應將重新判處少於三年之徒刑暫緩執行。

請求作出公正審理！

檢察院對上訴人 A、B、D 和 E 的上訴作出了答覆，並提出下列理據(結論部分)：

1. 根據《刑法典》第 29 條第 2 款之規定，以及一直以來之司法見解，以連續犯論處犯罪人的真正前提，是奠基於在具體案情內，存在一個可在相當程度上，使行為人在重複犯罪時感到便利、和因此可相當減輕(亦即以遞減方式逐次減輕)其在每次重複犯罪時的罪過程度的外的情況——“外來誘因”。
2. 連續犯亦要求“存在一整體之故意”。
3. 本案中，第一次行為之不成功並沒有減輕上訴人第二次犯罪行為之可能導致上訴人在第二次行為時感到便利，減輕其下次再作案之罪過。因此，並不符合連續犯有關罪過減輕的要件。
4. 沒有任何跡象顯示上訴人存有有一個整體的計劃。我們亦不發現上訴人有一特定金額作為其犯罪行為的整體故意。
5. 在缺乏上述兩項要件——“足以可相當減輕嫌犯在重覆實施犯罪時的罪過的外來誘因”及“存在一整體之故意”，不構成《刑法典》第 29 條第 2 款規定之連續犯。

6. 犯罪事實發生於 2012 年 4 月 3 和 27 日，但行為人之身份認別只在 2013 年 4 月 22 日出現，而被害人於翌日即表示追究其刑事責任，追究刑事責任之意願是明確無誤的，而根據刑法典第 107 條之規定，該告訴是在法定期間內作出的。
7. 上訴人提出的簽名形式要件並非強制性。在告訴之提出問題上，告訴權人的意願是最重要的。
8. 在量刑方面，在卷宗中並沒有證實 A 曾支付港幣三百七十萬元賠償，法院自然不能予以考慮，A 從來沒有將其想作之賠償存放在本卷宗，實難以讓法院認定其在庭審前作出賠償，至於警方扣押之款項，僅作為犯罪事實之證據，即使最後作為賠償之扣減，但從中並無法顯示上訴人之賠償自願，不能視之為上言人作出之賠償，亦不能從中顯示其任何悔意。
9. 上訴人 D 雖然在庭審前返還了港幣三十萬，有悔意，但相對於被害人的損失，實屬小數目，並未符合刑法典第 201 條及第 66 條第 2 款 c) 項之規定之特別減輕情節。
10. 上訴人 A 並非初犯，其餘上訴人均為初犯，但並沒有任何可減輕之情節。
11. 四名上訴人在庭上均承認犯罪事實，部分人作出了部分賠償，亦顯示悔意。
12. 四名上訴人之行為，涉及款項達港幣 2 千萬元，情節及罪過均嚴重，警方需花長時間結合電腦技術協助下才能破案，在證據充分下，各名上訴人認罪之事實不能自然成為減輕情節，各名上訴人被判刑罰並不為高。
13. 被訴裁判並沒有違反《刑法典》第 40 條、第 65 條及第 71

條之規定。

綜上所述，上訴人提出的請求因理據不足，應予駁回。

請中級法院法官閣下作出公正裁決！

檢察院對上訴人 C 的上訴作出了答覆，並提出下列理據(結論部分)：

1. 上訴人提出其對控訴書內容及控罪的理解，就檢察院作出控訴的原意作出務測，但上訴人不能將其猜測結果作為上訴理由。此理由並非法定之上訴理由。
2. 《刑事訴訟法典》第 400 條就上訴之依據有所規定，如上訴人認為獲發明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判，可以此提出上訴。否則，不能以估計檢院之檢控原意為由作出上訴。
3. 犯罪事實發生於 2012 年 4 月 3 和 27 日，但行為人之身份認別只在 2013 年 4 月 22 日出現，而被害人於翌日即表示追究其刑事責任，追究刑事責任之意願是明確無誤的，而根據刑法典第 107 條之規定，該告訴是在法定期間內作出的。
4. 上訴人提出的簽名形式要件並非強制性。在告訴之提出問題上，告訴權人的意願是最重要的。
5. 在本案中，當被害人得悉犯罪行為人後，翌日立即提出告訴，其意願是明確的。
6. 根據《刑法典》第 29 條第 2 款之規定，以及一直以來之司法見解，以連續犯論處犯罪人的真正前提，是奠基於在具體案情內，存在一個可在相當程度上，使行為人在重複犯罪時感到便利、和因此可相當減輕(亦即以遞減方式逐次減

輕)其在每重複犯罪時的罪過程度的外在情況——“外來誘因”。

7. 連續犯亦要求“存在一整體之故意”。
8. 本案中，第一次行為之不成功並沒有減輕上訴人第二次犯罪行為之罪過程度。反之，失敗後仍作嘗試，第二次犯罪之罪過程度比第一次是有所增加，而非減少；此外，由於第一次是不成功的，其亦不可能導致上訴人在第二次行為時感到便利，以減輕其下次再作案之罪過。因此，並不符合連續犯有關罪過減輕的要件。
9. 沒有任何跡象顯示上訴人存有有一個整體的計劃。我們亦不發現上訴人有一特定金額作為其犯罪行為的整體故意。
10. 在缺乏上述兩項要件——“足以可相當減輕嫌犯在重覆實施犯罪時的罪過的外來誘因”及“存在一整體之故意”，不構成《刑法典》第 29 條第 2 款規定之連續犯。
11. 在量刑方面，經查核卷宗資料，證實上訴人在第一審審判聽證開始前確實已向被害人償還港幣 1,700,000 元及港幣 1,666,000 元。原審法院在認定庭審前支付賠償之事實方面確實存在遺漏。
12. 雖然上訴人在庭審前返還部分款項，但其缺席庭審，未能就此確定其悔意，亦未能自動符合刑法典 201 條及第 66 條第 2 款 c)項之規定之特別減輕情節。
13. 上訴人並非初犯，亦並沒有任何可減輕之情節。
14. 上訴人之行為，涉及款項達港幣 2 千萬元，情節及罪過均嚴重，警方需花長時間結合電腦技術協助下才能破案，就兩項犯罪上訴人被判刑罰約為上下刑幅三分之二和十分之

六，並不為高。

15. 被訴裁判並沒有違反《刑法典》第 40 條、第 65 條及第 71 條之規定。

綜上所述，上訴人提出的請求因理據不足，應予駁回。

輔助人對上訴作出了答覆：³

案件卷宗移送本院後，駐本審級的檢察院代表作出檢閱及提交法律意見，認為各上訴人提出的上訴理由全部不成立。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

二、事實方面

³其結論葡文內容如下：

1. Como é sabido, dispõe o artigo 490º do Código Civil de Macau que “se forem várias as pessoas responsáveis pelos danos, é solidária a sua responsabilidade”.
2. No caso em apreço, todos os arguidos foram criminalmente responsabilizadas pelos factos que deram origem à pena, incluindo pelo pagamento que agora se lhes exige, pelo que todos contribuíram para a violação dos direitos das Assistentes, sendo por isso justo que todos se assumam responsáveis de forma solidária perante as Assistentes.
3. No que se diz respeito à quantia que o Recorrente alega que tentou entregar à Assistente G Sociedade Unipessoal Limitada, em nenhum momento a Assistente recusou o recebimento da referida quantia.
4. Pelo que contabilizadas todas as quantias que foram apreendidas e as que foram pagas voluntariamente pelos Arguidos, considera-se que a decisão recorrida fez um apuramento irrepreensível dos factos provados em relação às Assistentes, não recorrentes, ora alegantes.

Pelo exposto, o recurso interposto não merece provimento, pelo que deve ser mantido o douto acórdão recorrido.

原審法院經庭審後確認了以下的事實：

1. 2012 年 4 月上旬某日，在彼此相熟的上訴人 A、第二嫌犯 H、上訴人 B 及上訴人 C 的閒聊期間，第二嫌犯 H 提及電腦病毒威力強大，不知可否透過入侵上訴人 A 在娛樂場貴賓會（“XX 會”）工作的電腦系統，並以更改客戶個人資料的方法，從而騙取存入貴賓會兌碼戶口的存款。
2. 當時，四名嫌犯 A、H、B 及 C 對上述話題均感興趣，其中，第二嫌犯 H 強調其精通電腦，相關方法可行。
3. 其時，上訴人 A 擔任“XX 會”帳房主任，為此，上訴人將其知悉的貴賓會之內的電腦帳戶的操作程序告知其餘三名嫌犯 H、B 及 C，包括每當賭客前往帳房取款時，帳房職員均需登入帳房的電腦以查核戶主的聯絡電話，並致電對方以確認取款程序，但是，上訴人 A 聲稱在當值期間不方便更改賭客的帳戶資料，為此，在第二嫌犯 H 利用電腦知識入侵帳房的電腦之後，即可安全及成功更改帳戶資料。
4. 當時，四名嫌犯 A、H、B 及 C 共同構思及商議侵入“XX 會”電腦系統的方法。
5. 為了逃避警方偵查，四名嫌犯 A、H、B 及 C 使用沒有登記人身份資料的手機預付卡進行通訊聯絡，彼等每隔數十天即更換相關手機號碼。
6. 2012 年 4 月初的某日，內地居民即上訴人 E 在珠海拱北認識自稱“...哥”的上訴人 B，當時，上訴人詢問上訴人有否興趣“搵快錢”，並表示如果上訴人依指示前往 WW 貴賓會以假身份證件成功提取籌碼款項後，上訴人將予其打償。
7. 在上訴人 E 答允之後，上訴人 B 駕駛一部兩地車牌的汽車

接載上訴人 E 前往拱北蓮花路旁，當時，上訴人 E 提供相片，上訴人 B 出資壹仟多圓人民幣要求路邊一名攤販辦理一本中國護照，並要求翌日取證。

8. 翌日，上訴人 E 接獲匿名人士電話通知取證，隨後，上訴人獲得一本持照人為“P”，編號 G4762.....的中國護照；稍後，上訴人 B 電話約見上訴人並將該一中國護照取走（參見卷宗第 12 頁護照資料）。
9. 2012 年 4 月 3 日凌晨 1 時 34 分，上訴人 A 在澳門“.....娛樂場”36 樓“XX 會”8 號帳房當值，當時，上訴人根據第二嫌犯 H 教授的方法，將帳房之內 IP 地址為 192.168.###.###的電腦遠端操控功能予以開放(參見卷宗第 1569 頁至 1570 頁翻閱錄影光碟筆錄及其相應錄影照片)。
10. 2012 年 4 月 27 日，四名嫌犯 A、H、B 及 C 決定嘗試入侵“XX 會”帳房電腦，彼等商定在上訴人 A 上班之前，由第二嫌犯 H 將一組“www”字頭的網址交予上訴人，之後，上訴人再透過“XX 會”帳房的電腦上網登入相關網址，隨即，由第二嫌犯 H 透過.....居單位之內的電腦侵入“XX 會”的電腦以更改相關賭客之聯絡電話號碼；隨後，上訴人 B 將安排同伙即上訴人 E 及第七嫌犯 I 依指令前往相關貴賓會提取已被更改賭客聯絡電話號碼的兌碼戶口之內的存款。
11. 翌日即 2012 年 4 月 28 日凌晨 2 至 3 時，按照第二嫌犯 H 的指示，上訴人 A 透過“XX 會”帳房的電腦上網，並輸入第二嫌犯提供的網址，當時，電腦熒屏隨即顯示一個亂碼視窗，在上訴人按下確定鍵後，帳房的電腦返回正常模式並自動下載及隱藏相關電腦病毒。

12. 當時，相關電腦病毒成功隱藏在“XX 會”的帳房電腦系統，但是，第二嫌犯 H 無法更改賭客的資料，為此，上訴人 B 隨即指示上訴人 E 及第七嫌犯 I 返回內地。
13. 2012 年 5 月某日，第二嫌犯 H 向上訴人 A、上訴人 B 及上訴人 C 告知操控已受電腦病毒影響的帳房電腦系統的新方法，當時，由於上訴人 A 已辭去“XX 會”的帳房工作致無法配合相關計劃，為此，第二嫌犯 H 要求上訴人尋找其在“XX 會”的其他相熟的帳房職員提供協助。
14. 之後，上訴人 A 聯絡“XX 會”的帳房職員即上訴人 D 用膳，期間，上訴人詢問上訴人有否興趣“搵快錢”，並向其告知上述作案計劃，當時，上訴人隨即答應，為此，在約兩星期後，上訴人將一部手提電話連電話卡交予上訴人以作聯絡之用。
15. 2012 年 6 月 6 日凌晨，在“XX 會”帳房當值的上訴人 D 透過帳房電腦登入上訴人 A 提供的網址，其時，接獲消息的第二嫌犯 H 於當日凌晨 4 時 42 分至 5 時 42 分在.....居第二座 17 樓某住宅單位進行遠端操控並登入“M 集團有限公司”客戶資料系統，其將編號 Z1.....的客戶 Q 的聯絡電話由 6215.....改成 6391.....及 1806391.....，將編號 Z15518 的客戶 R 的聯絡電話由 1396167.....改成 6391.....及 1806391.....，並於同日上午 9 時 30 分刪除該電腦系統的操作日誌記錄。
16. 2012 年 6 月 6 日早上某一時刻，上訴人 B 指使及安排上訴人 E 及第七嫌犯 I 前來澳門，其特意指令上訴人 E 帶備眼鏡偽裝；隨後，兩名嫌犯 E 和 I 分別於同日早上約 8 時經關閘入境澳門並隨後在關閘附近與上訴人 B 會合（參見卷

宗第 273 及 277 頁之入境紀錄)。

17. 在收取上訴人 E 及第七嫌犯 I 的旅遊證件之後，上訴人 B 將持照人為“P”的上述中國護照及一部手機交予上訴人 E，並指示上訴人 E 乘車前往“.....”娛樂場；隨後，上訴人亦將一本持照人為“V”的中國護照及一部手機交予第七嫌犯 I，並指示第七嫌犯乘車前往“.....”娛樂場。
18. 期間，上訴人 B 以及上訴人 C 不斷透過手提電話操控指令上訴人 E 前往“.....娛樂場”的“XX 會”，指令第七嫌犯 I 前往“.....娛樂場”的“XX 會”，以伺機取款。
19. 同日即 2012 年 6 月 6 日上午 9 時 28 分，上訴人 E 向“.....娛樂場”的“XX 會”帳房職員 S 出示持照人為“P”的中國護照，要求提取 QZ16549 號戶口的全數款項。
20. 當時，該戶口存有伍佰萬港圓(HKD5,000,000.00)款項，為此，上訴人 E 要求將伍佰萬港圓 (HKD5,000,000.00) 全數提取。
21. 隨即，職員 S 透過帳房電腦系統查看戶主 Q 的聯絡電話，並致電已被更改的聯絡電話號碼以確認提款，當時，電話中一名冒稱 Q 的人士聲稱其指示“P”前來提取籌碼，於是，職員 S 核對“P”的身份資料並執行提款程序(參見卷宗第 1659 頁之聆聽電話錄音筆錄)。
22. 隨後，上訴人 E 成功地向職員 S 提取貳佰萬港圓 (HKD2,000,000.00) “.....娛樂場”現金籌碼、壹佰柒拾萬港圓 (1,700,000.00) “.....娛樂場”現金籌碼和壹佰叁拾萬港圓 (1,300,000.00) “.....娛樂場”現金籌碼，其合共提取 Q 戶口之內的伍佰萬港圓 (HKD5,000,000.00) 現金籌碼，並隨後

離開“.....”娛樂場(參見卷宗第 47 至 61 頁的翻閱錄影光碟筆錄和錄影翻拍照片)。

23. 同日即 2012 年 6 月 6 日上午 9 時 10 分，抵達“.....娛樂場”三樓“XX 會”的第七嫌犯 I 向帳房主任 T 要求提取 RZ15518 號戶口內的壹仟萬港圓(HKD10,000,000.00)的“.....娛樂場”現金籌碼。
24. 隨後，帳房職員 U 透過帳房電腦系統查看戶主 R 的聯絡電話，並致電已被更改的聯絡電話號碼以確認提款，當時，電話中一冒稱 R 的人士聲稱其指派“V”前來提取籌碼(參見卷宗第 1658 頁之聆聽電話錄音筆錄)。
25. 過程中，經職員 U 要求，第七嫌犯 I 出示持證人為“V”的中國護照(參見卷宗第 78 頁護照副本內容)。
26. 在成功提取壹仟萬港圓(HKD10,000,000.00)的“.....娛樂場”現金籌碼之後，第七嫌犯 I 隨即離開“.....娛樂場”(參見卷宗第 92 頁至 101 頁的翻閱錄影光碟筆錄以及錄影翻拍照片)。
27. 之後，上訴人 B 和上訴人 C 分別指示上訴人 E 和第七嫌犯 I 前往指定地點交出籌碼並取回旅遊證件，然後，彼等指示兩名嫌犯 E 及 I 返回內地。
28. 同日即 2012 年 6 月 6 日下午，上訴人 B 使用 1536357.....的電話號碼聯絡上訴人 E 在珠海某街邊見面，之後，上訴人將叁萬圓人民幣(RMB30,000.00)現金給予上訴人 E。
29. 2012 年 6 月 6 日晚上約 20 時，客戶 Q 發現其存於.....娛樂場“XX 會”Z16549 戶口的伍佰萬港圓(HKD5,000,000.00)款項被人取走，為此，“XX 會”職員即時通知在“.....娛樂場”駐守執勤的司法警察局刑事偵查員。

30. 翌日即 2012 年 6 月 7 日晚上約 19 時，客戶 R 發現其存於“..... 娛樂場”的“XX 會”Z15518 戶口的壹仟萬港圓 (HKD10,000,000.00)款項被人取走，為此，“XX 會”職員隨即通知司法警察局。
31. 七名嫌犯 A、H、B、C、D、E 和 I 的上述行為合共取得壹仟伍佰萬港圓 (HKD15,000,000.00)，其中，第一至上訴人 A、H、B 和 C 每人分得叁佰貳拾萬港圓 (HKD3,200,000.00)，上訴人 D 獲分捌拾萬港圓 (HKD800,000.00)，餘款壹佰肆拾萬圓 (HKD1,400,000.00) 由上訴人 C 用於支付購買手提電話、電話儲值卡、電腦器材的開支以及兩名內地嫌犯即上訴人 E 及第七嫌犯 I 的報酬。
32. 之後，上訴人 A 相約上訴人 D 見面並收回相關手提電話及電話卡，其將叁拾萬港圓 (HKD30,000.00) 現金交予上訴人，並告知上訴人餘款伍拾萬港圓 (HKD500,000.00) 將會存入以上訴人 A 的女朋友 K 在.....“XX 會”開設的 X169 兌碼戶口以收取股東息，為此，上訴人 D 所得報酬合共捌拾萬港圓 (HKD800,000.00)。
33. 2013 年 4 月 21 日上午約 9 時 30 分，上訴人 C 經澳門國際機場乘機前往新加坡且至今未返（參見卷宗第 2111 頁離境紀錄）。
34. 2013 年 4 月 22 日上午約 10 時 40 分，經澳門關閘辦理入境澳門手續入境的上訴人 E 被出入境事務廳的警員截獲，並隨後交予司警局處理。
35. 經上訴人 E 同意，司警刑事偵查員對其進行身體搜查，期間搜出並扣押一部電話號碼為+86-1867377.....、機身編號為

01243000130.....的黑色 APPLE 牌 IPHONE4S 手提電話，以及一張無電訊公司名稱和編號的手提電話 SIM 咭（參見卷宗第 1754 頁至第 1755 頁的搜查扣押筆錄及相關照片）。

36. 同日即 2013 年 4 月 22 日，司警偵查員前往上訴人 A 居住的大廈即澳門筷子基.....廣場...座附近尋找該名嫌犯，結果於當日下午 13 時 15 分在大廈一樓停車場發現並截查上訴人 A。
37. 經上訴人 A 同意，警員對上訴人駕駛的 MR-**-**號灰色汽車進行搜索並在車內搜獲下列物品（參見卷宗第 1798 頁至第 1799 頁搜索及扣押筆錄以及相應照片）：
 - 1)一隻寫有“BBC.COM”字樣的白色 USB；
 - 2)一隻黑紅色 SanDisk 牌 32GB USB。
38. 經上訴人 A 同意，刑事偵查員前往其於.....廣場第...座...樓...室的住址進行搜索，並扣押以下物品（參見卷宗第 1796 頁至第 1797 頁搜索及扣押筆錄以及相關照片）：
 - 1)一張由.....珠寶發出的購買手錶的單據，編號 0006012；
 - 2)一張由.....珠寶錶飾金行發出的購買鑽石手鉅的單據，編號為 01831；
 - 3)一張由.....飾珠寶金行發出購買卡地亞手錶的單據，編號為 16166；
 - 4)一隻白金鑲石手鉅；
 - 5)一條白金鑲石手鏈；
 - 6)一隻 ARBUTUS 牌子手錶；
 - 7)二十張面值伍佰港圓，合共壹萬港圓（HKD10,000.00）的現金；

- 8)一本持有人為 A 的中國工商銀行港幣存摺，帳號：01190.....000163.....；
- 9)一張中國工商銀行銀聯卡，帳號：622202200200188.....；
- 10)一部黑色手提電話連電池，牌子為三星，型號：SCH-B309，機身編號 A000.....A996FA，和一張編號 898530212885320.....Q 的中國電信（澳門）SIM 卡；
- 11)一部主機連一隻 LOGITECH 牌子的感應器，主機牌子為 ACER，型號 M1860，黑色，SN：PTSGWC2004.....7771.....，內有一個電腦硬盤，牌子：SEAGATE，型號：ST31000524AS，SN：6VPH.....，容量：1TB。
39. 隨後，刑事偵查員將上訴人 A 帶往司法警察局博彩罪案調查處調查，彼等揭發上訴人將“XX 會”的籌碼兌成現金，並先後將其所得份額的款項用於購物、入股貴賓會及投資酒庄等項目，其中包括：
- 1)使用伍拾萬港圓(HKD500,000.00)購買一輛 AUDI 牌汽車，型號為 A5 SPORTBACK 1.8TFS 1 A/T；
- 2)與上訴人 D 以 K 之名各自注資伍拾萬港圓(HKD500,000.00)入股“.....娛樂場”的“XX 會”進行收息，其中，在上訴人 A 出資的伍拾萬港圓(HKD500,000.00)之中，上訴人佔二十萬港圓(HKD200,000.00)，餘下之三十萬港圓(HKD300,000.00)屬 K 之款項；
- 3)購買一隻勞力士手錶；
- 4)出資拾萬港圓(HKD100,000.00)予太太 W 購買一輛白色汽車，車牌編號：MQ-**-**，牌子：TOYOTA，型號：RACTIS 1.5G A/T，其中餘款捌萬多港圓由 W 出資。

40. 此外，上訴人 A、第二嫌犯 H、上訴人 B 和上訴人 C 分別出資拾萬至拾肆萬港圓於澳門.....街...號.....閣地下...座開設一間店名為@@@洋酒的紅酒專賣店。
41. 同時，上訴人 A、第二嫌犯 H、上訴人 B 和上訴人 C 亦集資至貳佰肆拾萬港圓(HKD2,400,000.00)，並聯同兩名稱為“Aa”及“Bb”的男子於“.....娛樂場”的“ZZ 貴賓會”開設一個編號 860 的兌碼戶口，並以\$8,000 圓底薪聘請一稱為“Cc”的男子負責跟隨有關賭客，以便將贏輸的結果及有關“路紙“透過微信通知相關嫌犯（檢察院已對“Aa”、“Bb”及“Cc”另立偵查案件處理）。
42. 調查期間，刑事偵查員將屬於上訴人 A 的編號 MR-**-**的汽車以及屬其妻子 W 的編號 MQ-**-**的汽車扣押（參見卷宗第 1800 頁至 1802 頁以及 1826 頁至 1828 頁的扣押筆錄以及相關照片）。
43. 經上訴人 A 同意，司警人員在澳門.....街...號.....閣地下...座“@@@洋酒”進行搜索並扣押下列物品（參見卷宗第 1809 頁至第 1810 頁搜索扣押筆錄以及相應照片）：
- 1)一部正面左上角印有“Thermaltake”字樣的黑色電腦，內插兩個電腦硬盤，分別為：插於第一號硬盤插槽的電腦硬盤牌子為：SK hynix，容量：256GB，SN：1127N12.....7M0326；插於第二號硬盤插槽的電腦硬盤的牌子為：WD，容量：1TB，SN：WX51A915.....；
 - 2)一部正面印有“2 THE MAX”字樣的黑色電腦，內插一個電腦硬盤，牌子：MAXTOR，型號：STM3320620AS，容量：320GB，SN：9QF.....C；

3)一支黑色 USB 手指，編號 120724K0.....H(插在上述 2 THE MAX 電腦 USB 插槽內)；

4)一隻藍色 USB 手指，牌子：KINGSTON，容量：4GB，印有“DT101G2”字樣；

5)一部手提電腦，牌子：APPLE，型號：MACBOOK PRO，銀色，SN：C0.....LADKQ4。

44. 同日即 2013 年 4 月 22 日下午約 15 時 30 分，司警局刑事偵查員前往澳門.....街.....大廈...樓...室截獲第二嫌犯 H，並將之帶返博彩罪案調查處調查。

45. 第二嫌犯 H 於 2013 年 2 月 19 日使用其在“XX 會”的籌碼兌成現金的份額購買一輛車牌編號 MQ-**-**的 TOYOTA 牌、型號 VELLFIRE 3.5 A/T 的紫色七人車，為此，刑事偵查員於 2013 年 4 月 22 日調查期間將該汽車扣押(參見卷宗第 1869 頁至 1870 頁的扣押筆錄以及相關照片)。

46. 隨後，經第二嫌犯 H 同意並經該嫌犯引領，刑事偵查員前往該嫌犯位於澳門.....街.....大廈...樓...室進行搜索，並扣押下列物品(參見卷宗第 1873 至 1875 頁的搜索扣押筆錄，以及相關照片)：

1)一部牌子：APPLE MACBOOK PRO 手提電腦，編號：C02JFO.....Q1；

2)一張藍色 8GB SDHC 記憶卡，牌子：SanDisk，編號：BI120022.....G；

3)一個白色記憶硬盤，S/N 編號：WX70A892.....；

4)一隻 USB 電子裝置，牌子：HUAWEI，型號：EC.....，CMIT ID：2009CP.....，插有一張中國電信 SIM 卡，編號為

898530209885316.....X；

5)一部 THECUS 電腦網路儲存伺服器及一枚專用充電器；

6)一隻黑色 USB，編號不詳；

7)三張橙色 8GB SD 記憶卡，牌子：Eye-Fi，IC 編號均為 78.....-3；

8)一張橙色記憶卡，上面寫有“O”字樣；

9)一張橙色記憶卡；

10)一張 4GB 的記憶卡，牌子：KINGSTON；

11)一部牌子為 Maxtor 的 250GB 內置電腦記憶硬盤，型號：6L250RO，SN 編號：L5AR.....；

12)一部牌子為 Seagate 的 160Gbytes 內置電腦記憶硬盤，型號：ST3160827AS，S/N 編號：4MT0.....；

13)一部牌子 HITACHI 的 100GB 內置電腦記憶硬盤，型號：HTS721010G9AT00，S/N 編號：Y0.....YD)；

14)一部牌子為 IBM 的 10.05GB 內置電腦記憶硬盤，型號：IC25N010ATDA04-0，S/N 編號：973.....7；

15)一部黑色手提電話，牌子：SAMSUNG，型號：SCH-B309，機身編號：A000.....A98F75，一張中國電信電話 SIM 卡（編號：89853021288532.....4Q），及一枚電池；

16)一部黑色手提電話，牌子：SAMSUNG，型號：SCH-B309，機身編號：A000.....A98F7D，及一枚電池；

17)一部白手提電話，牌子：TONEWIN，型號：TONEWIN UC520，機身編號：A100003091.....)，一枚電池，及一張中國電信電話 SIM 卡編號：898530212885.....332Q；

18)一部牌子為 SAMSUNG 的 500G 外置移動硬盤，型號：

NM-.....，連一條連接電腦 USB 線；

19)一張已拔去的中國聯通電話 SIM 卡，上面印有電話號碼：1311.....554 (ICCID：898601119062005.....N)；

20)一張紅色電話 SIM 卡 (上面寫有“hi!”等字樣)，SIM 卡編號不詳；

21)一部白色 64GB IPAD，牌子：APPLE，機身編號：DYTH.....DVD3，及一個黑色膠套；

22)一部銀色 64GB IPAD，牌子：APPLE，編號 DYTHK.....VGM；

23)一部黑色手提電話，牌子：Anycall，型號：SCH-S269，機身編號：A1000000A.....B，一枚電池，一張神州大眾電話 SIM 卡，編號：8986004319074406.....；

24)一部黑色手提電話，牌子：Anycall，型號：SCH-E189，一枚電池，機身編號：A000001ED.....C；

25)一部黑色的手提電話連一枚專用電池，電話牌子：SUMSUNG，型號：E189，機身編號：A000001E.....B0；

26)一部黑色的手提電話連一枚專用電池，電話牌子：不詳，型號：不詳，機身編號：35535110038.....及 35535110038.....；

27)一部黑色的手提電話連一枚專用電池，電話牌子：SUMSUNG，型號：B309，機身編號：A000003.....A98，中國電訊電話 SIM 卡一張：編號：898530210885326.....X；

28)一部黑色的手提電話連一枚專用電池，電話牌子：SUMSUNG，型號：I909，機身編號：.....02041378641；

29)一部黑色的手提電話連一枚專用電池，電話牌子：LENOVO，型號：E1603，機身編號：A1000012B6E.....，中

- 國電訊電話 SIM 卡一張：編號：898530210885324.....X；
- 30) 一部黑色的手提電話連一枚專用電池，電話牌子：SUMSUNG，型號 S269，機身編號：328NX97.....T159，中國電訊電話 SIM 卡一張：編號：898530211885328.....Q；
- 31) 一部黑色的手提電話連一枚專用電池，電話牌子：SUMSUNG，型號：I699，機身編號：A00000.....6CC3，中國電訊電話 SIM 卡一張：編號：89853021288531.....6K；
- 32) 一部白色的手提電話，電話牌子：APPLE，型號：IPHONE，機身編號：01275300807.....，電話 SIM 卡一張：編號不詳（印有 NOOSY 標誌）；
- 33) 一個銀黑色的電腦硬盤，牌子：Seagate，型號：Barracuda7200.10，機身編號：6RA.....B；
- 34) 一個銀黑色的電腦硬盤，牌子：Seagate，型號：Barracuda7200.7，機身編號：4M.....KD；
- 35) 一個銀灰色的手提電腦，牌子：APPLE，型號：MACBOOKPRO，機身編號：C02G11.....8X；
- 36) 一隻玫瑰金色手錶，牌子：ROLEX，錶面印有 ROLEX oyster perrpetual 等字樣，錶帶印有 ROLEX GENEVA SWISS MADE 及 7.....6；
- 37) 一個透明的 SIM 卡讀卡器，內插有一張神州行 SIM 卡，編號：8986006119085009.....；
- 38) 一張黑綠色的記憶卡，牌子：KINGSTON，型號：SD；
- 39) 現金：68 張面額為壹仟港圓紙幣，合共陸萬捌仟港圓（HKD68,000.00）；
- 40) 一部黑白色的電腦主機連鎖匙一條，表面印有

THERMALTAKE 字樣，內有 2 個電腦硬盤，分別為銀黑色，牌子：SAMSUNG，型號：HD103SI，機身編號：S210JD1ZA1.....，及紅色，牌子：CORSAIR，型號：CSSD-F240GBGS-BK，機身編號：C240G1241.....；同時，電腦主機內亦發現一張白色紙張（上面寫有“COSTA.BIAGGI@LIVE.COM”）及一張淺黃白色紙張（上面寫有“https://ag.hg0088.com、 eaa3100e/aa1234、 swa3100e/aa1234、0.203”的字樣）；

41) 一張持有人為 Dd 的中國銀行銀聯卡，編號：62277014.....150.....。

47. 同日即 2013 年 4 月 22 日下午約 18 時，司法警察局刑事偵查員前往澳門黑沙環.....馬路.....新邨第...座...樓...室尋獲上訴人 D，並隨即將之帶返博彩罪案調查處調查。

48. 於博彩罪案調查處之內並經上訴人 D 同意，刑事偵查員對該嫌犯進行搜查，彼等在 D 身上搜獲並扣押一張中國銀行（澳門分行）提款卡，持有人為：D，編號：622770-12.....176.....，（參見卷宗第 1840 頁至 1841 頁搜查扣押筆錄，以及相應照片）。

49. 隨後，經上訴人 D 同意及引領，刑事偵查員前往該嫌犯於澳門黑沙環.....馬路.....新邨第...座...樓...室住所進行搜索並搜獲和扣押以下物品（參見卷宗第 1843 頁至 1846 頁搜索及扣押筆錄以及相應照片）：

1) 於嫌犯 D 住所之睡房（近門口之房間）內之小櫃（衣架旁）第一抽屜（由上至下）內，發現一部外置電腦硬盤，牌子：WD，型號：WD5000LPVT，容量：500GB，機身編號：

WX71C32K.....；

2)於該嫌犯住所客廳的電腦檯上的白色盒內，發現一個白色閃存（即 USB），牌子：MARLBORO；

3)於該嫌犯住所客廳的電腦檯上，發現一部黑色手提電話，牌子：APPLE，型號：IPHONE4，機身編號：01274300902.....及內存有一張電話 SIM 卡，SIM 卡上印有“CTM 澳門電訊，編號為：898530191102593.....”；

4)於該嫌犯住所客廳的電腦檯右下方，發現壹部黑色電腦主機，牌子：LENOVO，機身編號：PBD.....，內插有一部電腦硬盤，牌子：SEAGATE，型號：ST1000DM003，容量：1000GB，機身編號：S1D.....9。

50. 調查過程中，刑事偵查員發現五名嫌犯 A、H、B、C 及 D 將部份從“XX 會”取得的金錢存放在.....娛樂場的“XX 會”、.....娛樂場的“YY 貴賓會”及.....娛樂場的“ZZ 貴賓會”，為此,經接觸該三個貴賓會的相關職員，警方對下列款項進行扣押：

1)第二嫌犯 H 存放在“.....YY 貴賓會”ZZ6645 號賬戶的現金壹佰叁拾貳萬陸仟壹佰玖拾港圓（HK\$1,326,190.00,參閱卷宗第 1894 頁扣押筆錄及第 1895 頁照片）；

2)上訴人 A 存放在“.....娛樂場”36 樓“XX 貴賓會”T6690 號兌碼戶口的現金叁萬港圓（HK\$30,000.00，參見卷宗第 1905 頁扣押筆錄及第 1906 頁照片）；

3)上訴人 A 及上訴人 D 透過 K 存放在“.....娛樂場”36 樓“XX 貴賓會”X169 號兌碼戶口的現金籌碼壹佰萬港圓（HK\$1,000,000.00，參見卷宗第 1907 頁扣押筆錄及第 1908

頁照片)；

4)上訴人 C 存放在“.....娛樂場”的“ZZ 貴賓會”A860 號兌碼戶口的現金籌碼壹佰捌拾貳萬肆仟肆佰港圓 (HK\$1,824,400.00) (參見卷宗第 1942 頁扣押筆錄及第 1943 頁照片)；

51. 2013 年 5 月 16 日，“G 一人有限公司”向客戶 R 支付港幣壹仟萬圓之賠償 (參見卷宗第 2179 至 2180 文件內容)。

52. 2013 年 6 月 11 日，“F 一人有限公司”向客戶 Q 支付港幣伍佰萬圓之賠償 (參見卷宗第 2181 至 2183 文件內容)。

53. 2013 年 8 月 21 日，廣東省珠海市公安局將該月在內地緝獲的上訴人 B 移交澳門司法警察局(參見卷宗第 2201 頁文件內容)。

54. 經上訴人 B 同意，警員在司警局博彩罪案調查處在該嫌犯身上搜獲並扣押下列物件(參見卷宗第 2210 頁至 2211 頁的搜查及扣押筆錄以及相關照片)：

1)牌子：HODOO，型號：HD618 的紅色手提電話，機身編號：86138700212.....，一張電話 SIM 卡 (編號為 898601120455601.....Y，插於 SIM1 位置)、一張神州行電話 SIM 卡 (編號為 898600C0191.....57600，插於 SIM2 位置)，及一枚專用電池；

2)牌子：HODOO，型號：HD618，的紅色手提電話，機身編號：86138700212.....，一張電話 SIM 卡 (編號為 898601120455601.....Y，插於 SIM1 位置)，及一枚專用電池；

3)牌子：LAMTAM，型號：LT E16 的紅黑色手提電話，機身編號：A1000030.....B8，一張天翼電話 SIM 卡(編號為

898603138076001.....BP)；

4) 一張中國電信澳門地區電話 SIM 卡，編號為 898530210885316.....X；

5) 一張 HOTLINK 電話 SIM 卡，編號為 8.....11210994362282；

6) 一張中國建設銀行儲蓄卡，編號為 622700309037009.....；

7) 一張中國農業銀行銀聯卡，編號為 622845.....07554.....；

8) 一張中國工商銀行銀聯卡，編號為 622208200200045.....；

9) 一張交通銀行太平洋卡，編號為 622260078000805.....；

10) 一張中國銀行雙幣信用卡，編號為 625141010281.....，持有人為 B；

11) 一張中國銀行信用卡，編號為 493893005459.....，持有人為 B；

12) 一張澳門商業銀行信用卡，編號為 461741380266.....，持有人為 B。

55. 七名嫌犯 A、H、B、C、D、E 和 I 自由和有意識地共同實施上述行為。

56. 上訴人 A、第二嫌犯 H、上訴人 B、上訴人 C 和上訴人 D 意圖謀取不正當利益，以介入電腦數據資料處理結果的方式，輸入及更改“XX 會”的電腦數據資料，分別造成“G 一人有限公司”及“F 一人有限公司”港幣壹仟萬圓及港幣伍佰萬圓的財產損失。

57. 為謀取他人財物的不正當利益，上訴人 E 和第七嫌犯 I 分別向本澳娛樂場企業“XX 會”的職員出示彼等明知屬虛假的中國護照。

58. 七名嫌犯 A、H、B、C、D、E 和 I 知悉其行為屬法律禁止

且受法律處罰。

民事請求書和答辯書的獲證事實

除與控訴書的獲證事實相符的事實視為得以證明之外，經庭審聽證，民事請求書和答辯書列明的以下事實亦得以證實：

59. “F SOCIEDADE UNIPessoal Limitada”, é uma sociedade comercial com sede em Macau, na Rua de, Edifício Court, S/L, ..., registada na Conservatória dos Registos Comercial e de Bens Móveis de Macau sob o nº 2..... (SO) e titular da licença de promotor de jogo nº E.....; (Docs. 1 e 2 que ora se juntam e aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais).
60. “G SOCIEDADE UNIPessoal Limitada”, é uma sociedade comercial com sede em Macau, na Rua de, nº ..., Edifício Court, Court, Loja ...,S/L, registada na Conservatória dos Registos Comercial e de Bens Móveis de Macau sob o nº 2..... (SO), titular da licença de promotor de jogo nº E....., (Docs. 3 e 4 que ora se juntam e aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais).
61. “COMPANHIA DE M (GRUPO), LIMITADA”, é uma sociedade comercial com sede em Macau, 澳門.....街...號.....豪庭地下...鋪, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e de Bens Móveis de Macau sob o nº 1..... (SO), e que se dedica à actividade 飲食及娛樂事業、以及物業投資發展

(Doc.5 que ora se junta e aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais).

62. “L GRUPO (MACAU) LIMITADA”, é uma sociedade comercial com sede em Macau, 澳門.....街...號.....豪庭地下...鋪 registada na Conservatória dos Registos Comercial e de Bens Móveis sob o nº 4..... (SO) e que se dedica à actividade 市場策劃及推廣 (Doc.6 que ora se junta e aqui se dá por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais).
63. Ora, quando foi descoberto todo o engendro, as referidas companhias F SOCIEDADE UNIPessoal Limitada e G SOCIEDADE UNIPessoal Limitada, em 11 de junho de 2013, respectivamente, a fim de honrarem o seu bom nome e reputação, indemnizaram os respectivos clientes no montante dos seus prejuízos.
64. A sociedade F SOCIEDADE UNIPessoal Limitada pagou uma indemnização ao cliente Q(Q) no valor de HKD\$5,000,000.00, conforme se pode verificar pelo Doc. nº7 junto aos autos que aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.
65. E a sociedade G SOCIEDADE UNIPessoal Limitada pagou uma indemnização ao cliente R (R), no valor de HKD\$10,000,000.00 conforme se pode verificar pelo Doc. nº 8 junto aos autos que aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.
66. Mas acontece que, as referidas sociedades G SOCIEDADE

UNIPESSOAL LIMITADA e F SOCIEDADE UNIPESSOAL LIMITADA bem como as sociedades “COMPANHIA DE M (GRUPO) LIMITADA”, (sociedade encarregada da organização dos eventos e actividades de entretenimento das empresas G SOCIEDADE UNIPESSOAL LIMITADA e F SOCIEDADE UNIPESSOAL LIMITADA até 31/12/2012) e a “L GRUPO (MACAU) LIMITADA” (sociedade que passou a organizar e gerir a promoção de actividades e eventos das duas referidas empresas desde 01/01/2013), desde que ocorreram os factos praticados pelos arguidos e que constituem crimes na base desta acusação, viram diminuídos o número dos seus clientes, resultante de uma quebra de confiança, por parte dos mesmos e consequentemente assistiram a uma diminuição do volume de negócios.

67. Mais, desde que foram fraudulentamente retirados das contas dos seus clientes as referidas quantias, as ofendidas vieram a reforçar o seu sistema de vigilância, bem como a contractar um grupo de peritos informáticos para estudar uma melhor protecção do seu sistema informático e gestão da carteira de clientes, o que exigiu um reforço na equipa de trabalho.
68. Mais, a fim de garantir a boa operação e funcionamento do sistema informático procederam à compra de novos hardwares.
69. Gerando despesas extraordinárias que ascenderam o montante estimado, até à presente data, de HKD\$1,250,000.00 para a empresa G SOCIEDADE UNIPESSOAL LIMITADA e

HKD\$1,250,000.00 para a empresa F SOCIEDADE UNIPessoal Limitada.

70. Por outro lado, o comportamento e os crimes praticados pelos Arguidos, ora Demandados deixaram marcas indeléveis nas Ofendidas que, obviamente contra a sua vontade, se viram envolvidas num processo crime que foi amplamente divulgado em Macau.
71. Repare-se que, tanto a “COMPANHIA DE M (GRUPO) LIMITADA” como a sociedade “L GRUPO (MACAU) LIMITADA” são companhias que gerem e ajudam na actividade de promoção de actividades e organização de eventos de entretenimento para as sociedades promotoras de jogo G SOCIEDADE UNIPessoal Limitada e F SOCIEDADE UNIPessoal Limitada.
72. Pelo que ao estarem envolvidas neste processo fraudulento, no sentido de terem sido vítimas de ataques de pirataria do sistema informático, coloca-as numa situação de fragilidade.
73. Pois os jogadores, que tiverem conhecimento que ocorreu uma situação como esta de alteração de dados nas contas dos clientes e de perda de dinheiro, (apesar de reposta a situação, antecipadamente, às custas do património das promotoras de jogo G SOCIEDADE UNIPessoal Limitada e F SOCIEDADE UNIPessoal Limitada) hesitaram na escolha aquando da abertura da conta de cliente.
74. Até à presente data a Ofendida G SOCIEDADE UNIPessoal

LIMITADA já conseguiu recuperar cerca de HKD\$1,966,000.00, sendo que o pagamento de HKD\$300,000.00 foi efectuado por conta do 5º Arguido que se encontra preso e o pagamento HKD\$1,666,000.00 foi efectuado por conta do 4º arguido (Docs. 9 e 10 que ora se juntam e aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais).

75. E a Ofendida F SOCIEDADE UNIPessoal LIMITADA conseguiu recuperar a quantia de HKD1,700,000.00, pagamento por conta do 4º Arguido, (Doc. 11 que ora se junta e aqui se dão por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais).

此外，審判聽證亦證實以下事實：

76. 2013 年 12 月 3 日，第二嫌犯 H 透過妻子向被害人“F 一人有限公司”支付港幣三百萬圓的賠償（參見卷宗第 2533 頁至 2537 頁文件證明）。
77. 2014 年 4 月 9 日，第二嫌犯 H 透過妻子向被害人“G 一人有限公司”支付港幣二十萬圓的賠償（參見卷宗第 2798 頁至 2790 頁文件證明）。
78. 在上訴人 A 以 K 之名入股“.....娛樂場”的“XX 會”進行收息的伍拾萬港圓(HK \$500,000.00) 注資當中，上訴人 A 佔二拾萬港圓(HK \$200,000.00)，餘下之三十萬港圓(HK \$300,000.00) 屬 K 之款項。

另一方面，刑事記錄證明顯示：

79. 第二嫌犯 H、上訴人 B、上訴人 D、上訴人 E 及第七嫌犯 I 均為初犯。
80. 上訴人 A 並非初犯，其刑事記錄如下：

1)2008 年 3 月 6 日，因觸犯《道路交通法》第 90 條第 1 款規定和處罰的一項醉酒駕駛罪，被初級法院第 CR1-08-0054-PSM 號卷宗判處三個月徒刑，易科 90 日罰金，每日罰金額澳門幣一百圓，合共澳門幣九千圓；另判處禁止駕駛一年；嫌犯於 2008 年 4 月 23 日已繳費罰金。

2)2008 年 10 月 6 日，因觸犯《道路交通法》第 92 條第 1 款和《刑法典》第 312 條第 2 款規定和處罰的一項加重違令罪，被初級法院第 CR1-08-0243-PSM 號卷宗判處三個月徒刑，緩刑兩年；該一嫌犯於 2010 年 12 月 10 日已被法院宣告消滅。

81. 2012 年 1 月 19 日，上訴人 C 因觸犯《道路交通法》第 98 條第 3 款第 2 項規定和處罰的一項超速輕微違反以及同一法律第 96 條第 1 款和第 4 款 2 項規定和處罰的一項酒後駕駛的輕微違反，於第 CR3-11-0696-PCT 號卷宗被合共判處罰金澳門幣一萬二千圓 (\$12,000)，易科八十日；另處禁止駕駛一年；2012 年 3 月 29 日，中級法院駁回嫌犯的上訴，其後，該嫌犯於 2012 年 5 月 14 日繳納有關罰金。
82. 上訴人 A 聲稱羈押前為“@@@酒行”負責人，每月收入澳門幣三萬圓，學歷高中畢業，需贍養父母、太太及一名女兒。
83. 第二嫌犯 H 聲稱羈押前為 Ee 企業的项目經理，每月收入約澳門幣四萬圓至五萬圓，學歷為初中三程度，需贍養母親、太太及兩名子女。
84. 上訴人 B 聲稱羈押前為商人，每月收入澳門幣三萬圓，學歷為初中一程度，無家庭負擔。

85. 上訴人 D 聲稱羈押前為.....娛樂場 XX 會賬房主住，每月收入澳門幣三萬圓，學歷為高中畢業，需贍養父母及祖母。
86. 上訴人 E 聲稱羈押前為貨車司機，每月收入約人民幣一千五百圓至二千圓，學歷為初中一程度，無家庭負擔。

未證事實：

1. 在上訴人 A 以 K 之名入股“.....娛樂場”的“XX 會”進行收息的伍拾萬港圓(HKD500,000.00)之中，上訴人 A 佔叁拾伍萬港圓(HKD350,000.00)，餘下之拾伍萬港圓(HKD150,000.00)屬 K 之款項。
2. 四名嫌犯 A、H、B 和 C 聯同另兩名分別叫“Aa”及“Bb”的男子，於“.....娛樂場”的“ZZ 貴賓會”開設的兌碼戶口(兌碼戶口編號:860)經營賭“底面”的活動(檢察院已針對“Aa”、“Bb”及“Cc”之部份另立偵查案件處理)；同時，亦有在賭場從事“兌碼”的人士將想賭“底面”的客人介紹給第一至第四名嫌犯等人，成功介紹的話，第一至第四名嫌犯等人亦會將佣金分給“兌碼”人士，而有關賭“底面”的收支狀況只會記錄在上述四名嫌犯的手機“微信”紀錄中，其中，具體賭“底面”的情況是倘若有關的賭客在賭場的賭枱上贏了 10 萬圓，該四名嫌犯的集團只會賠 2 至 3 萬圓給賭客，原因是有關集團只是佔 2 至 3 成，其餘的 7 萬至 8 萬則由有關陪同賭客的“兌碼”人士找其他賭“底面”的團伙參與其中。
3. 為獲得不正當利益，四名嫌犯 A、H、B 及 C 在法律許可的地方內違反賭博規章的規定經營博彩，亦即在澳門之合法賭場內以俗稱“賭底面”之方式私下接受未經許可之投注，

其行為破壞澳門特區合法賭場之正常經營秩序，損害澳門特區之利益。

民事請求書和答辯書的未證事實

經庭審聽證，合議庭認為，民事請求書和答辯書之內與本案獲證事實不符的所有相關事實均視為未能得以證明或與本案訴訟標的並無重要關係。

三、 法律方面

本上訴涉及下列問題：

- 審檢分立原則
- 訴訟的正當性
- 法律定性
- 連續犯
- 特別減輕
- 量刑

1. 上訴人 C 提出，檢察院並沒有就包括上訴人的相關嫌犯在 2012 年 4 月 27 日所參與和實施的行為針對彼等提出獨立控訴，然而，原審法庭則就有關行為判處包括上訴人的相關嫌犯一項第 11/2009 號法律通過的《打擊電腦犯罪法》第 11 條第 1 款第(1)項規定及處罰的未遂的電腦詐騙罪，違反了審檢分立原則，有關判處應被廢止。

《刑事訴訟法典》第 360 條規定：

“一、屬下列情況的判決無效：

a) 凡未載有第三百五十五條第二款及第三款 b 項所規定載明之事項者；或

b) 在非屬第三百三十九條及第三百四十條所指之情況及條件下，以起訴書中，或無起訴時，以控訴書中未描述之事實作出判罪者。

二、判決的無效須在上訴中爭辯或審理，法院亦可對有關無效作出補正，並經作出必需的配合後，適用第四百零四條第二款的規定。”

事實上，在最初的控訴中，尤其是在指控第一至第五嫌犯的歸罪部分，的確是以 2012 年 6 月 6 日，分別發生於.....娛樂場之“XX 會”及.....娛樂場“XX 會”的兩次詐騙行為作為考慮，當中涉及一筆港幣五佰萬元及另一筆港幣壹仟萬元的不法所得。

上述結論還可以透過另外一點得到引證，就是本案的第六被告 E(上訴人)及第七被告 I 分別是受到第三被告 B(上訴人)的指示及安排，從珠海以偽造證件進入澳門，並在 2012 年 6 月 6 日當天，二人分別前往.....娛樂場“XX 會”及.....“XX 會”伺機取款。(見控訴事實第 12、第 13、第 14、第 15 及第 16，對應已證事實第 16、第 17、第 18 及第 19、第 23 條)

其實，不難發現，在整個事件中，第一至第五被告都是犯罪行為幕後的策劃者，從不直接執行計劃，而只有第六及第七被告直接落實執行計劃，分別跑到上述兩家賭廳提出提款要求。

也就是說，控訴書是把第一至第五被告視為針對兩賭廳內發生的詐騙行為的共同正犯。因此，各人都被控訴觸犯兩項第 11/2009 號

法律第十一條第一款及第三款(二)項的相當巨額電腦詐騙罪。

反之，第六及第七被告則因為在各自的獨立行為中視為(分別各自前往不同的賭廳取款)與其餘被告為共同正犯，但兩者互不相干。

其實，要理解這個控訴邏輯，也可從各人收取不法所得的分配方式來引證(詳見控訴書第 17 條、第 20 條，對應已證事實第 28 條及 31 條)。當中可以發現，第六及第七被告只是收取一筆金額相對其他被告而言為少的報酬，而其他被告則是以比例的方式來瓜分不法利益。

故此，原審法院的判罪確實與控訴書的控罪有差異。

然而，原審法院對包括上訴人的相關嫌犯所判處的一項未遂的電腦詐騙罪其事實基礎亦是來自控訴書中已列明的事實，屬於原審法院不受約束的對事實之法律審判，而有關判罪亦不超出控訴書之控訴罪行。

因此，原審判決並未違反上訴人提出的審檢分立原則。

2. 上訴人 B、C 認為原審判決中，各嫌犯所觸犯的未遂的電腦詐騙罪中，因該犯罪為準公罪，並考慮各受害人並無合乎法律要求地提出有效的追訴意願，因此，應視檢察院缺乏促進該刑事訴訟的正當性。

《刑事訴訟法典》第 38 條規定：

“一、如非經告訴不得進行刑事程序，則為使檢察院能促進訴訟程序，具有正當性提出告訴之人將事實告知檢察院係屬必需。

二、為着上款所指之目的，凡向任何有法定義務將告訴轉達檢察院之實體提出之告訴，均視為向檢察院提出。

三、告訴須由告訴權人或具有特別權力之受任人提出。”

第 11/2009 號法律通過的《打擊電腦犯罪法》第 11 條規定：

“一、意圖為自己或第三人不正當得利，而作出下列任一行為，造成他人財產有所損失者，處最高三年徒刑或科罰金：

- （一）輸入、更改、刪除或消除電腦數據資料；
- （二）介入電腦數據資料處理的結果；
- （三）不正確設定電腦程式；
- （四）干預電腦系統的運作。

二、犯罪未遂，處罰之。

三、如所造成的財產損失：

- （一）屬巨額，行為人處一年至五年徒刑；
- （二）屬相當巨額，行為人處二年至十年徒刑。

四、如屬第一款及第二款所定情況，非經告訴不得進行刑事程序。”

上述未遂之電腦詐騙罪有關事實為：

10. “2012 年 4 月 27 日，四名嫌犯 A、H、B 及 C 決定嘗試入侵“XX 會”帳房電腦，彼等商定在上訴人 A 上班之前，由第二嫌犯 H 將一組“www”字頭的網址交予上訴人，之後，上訴人再透過“XX 會”帳房的電腦上網登入相關網址，隨即，由第二嫌犯 H 透過……居單位之內的電腦侵入“XX 會”的電腦以更改相關賭客之聯絡電話號碼；隨後，上訴人 B 將安

排同伙即上訴人 E 及第七嫌犯 I 依指令前往相關貴賓會提取已被更改賭客聯絡電話號碼的兌碼戶口之內的存款。

11. 翌日即 2012 年 4 月 28 日凌晨 2 至 3 時，按照第二嫌犯 H 的指示，上訴人 A 透過“XX 會”帳房的電腦上網，並輸入第二嫌犯提供的網址，當時，電腦熒屏隨即顯示一個亂碼視窗，在上訴人按下確定鍵後，帳房的電腦返回正常模式並自動下載及隱藏相關電腦病毒。
12. 當時，相關電腦病毒成功隱藏在“XX 會”的帳房電腦系統，但是，第二嫌犯 H 無法更改賭客的資料，為此，上訴人 B 隨即指示上訴人 E 及第七嫌犯 I 返回內地。”

對於發生於 2012 年 4 月 28 日的犯罪未遂行為，缺乏具體事實來指明可能涉及的損失金額，因此，基於疑點利益歸於被告原則的前提下，應視該次的行為為一個普通電腦詐騙行為，性質上因此屬於準公罪。

然而，正如助理檢察長在其意見書中所述：

“首先，必需認清誰人會是這次詐騙未遂行為的潛在受害人，方能再進一步查核其本人是否具備作出檢舉或表達追訴的意願的足夠能力。

在 B 及 C 的上訴中，都不約而同地針對由 M(集團)有限公司代表 O 向司警所作出的檢舉，指出從卷宗第 1923 頁的委託信函完全不符合法定要求，而事後亦無作出任何補正行為，所以，由 M(集團)有限公司所作出的告訴無效。

看起來，上述說法好像頭頭是道，甚有說服力，但實際是，這

種說法都只是空話，對本案沒有任何意義。原因是根據已證事實，真正因各被告之行為而受損失的，或因未遂行為可能遭受損失的，分別是“F 一人有限公司”及“G 一人有限公司”(見卷宗第 2840 頁背頁)，因為是這兩家公司作為博彩中介人公司，最後向被盜用資金的客戶全數作出了賠償。可能有人會問，是否把款項存放於賭廳戶口內的兩名人士，才是真正的受害人？對於這點，我們也不否認。但是，在詐騙罪中判斷受害人的一個重點是考慮誰人因犯罪行為而遭受財產損失，而非誰人受欺騙。(見 Comentário do Código Penal, Paulo Pinto de Albuquerque, pág. 599, n.º 3)

綜上所述，我們可以認定“F 一人有限公司”及“G 一人有限公司”才是真正詐騙罪的受害人。”

根據已證事實，真正因各被告之行為而受損失的，或因未遂行為可能遭受損失的，分別是“F 一人有限公司”及“G 一人有限公司”，因為是這兩家公司作為博彩中介人公司，最後向被盜用資金的客戶全數作出了賠償。

再者，根據卷宗顯示，早在卷宗移交進行審理前，這兩家公司已成為輔助人並提起民事賠償請求。從上述行為中，上述受害人已清楚準確地表達了刑事追訴的意願。

另外，由於這兩家受害公司分別為一人有限公司，在授權方面沒有發現任何障礙或瑕疵。

其實，兩名上訴人所針對發生於 M(集團)有限公司的授權問題，可以說在刑事上對本案沒有任何意義或價值，因為這家公司根本不能視為本案的刑事受害人，只能以民事受害人身份介入本卷宗，其

提出的民事請求只是一些間接或連帶引起的經濟損失，從不包括涉案的一千五百萬的不法所得。

況且，即使在授權提起告訴存有瑕疵，受害人委託律師並申請成為輔助人的行為，已足夠補正有關的瑕疵。

因此，檢察院具有正當性促進關於該項未遂的電腦詐騙罪的刑事訴訟程序。

故此，上訴人提出的上述上訴理由並不成立。

3. 在處理其他上訴理由前，本院先依職權解決有關犯罪行為的法律定性問題。

原審判決將於 2012 年 5 月某日至 6 月 6 日期間，第一嫌犯、第二嫌犯、第三嫌犯、第四嫌犯及第五嫌犯自由、自願和有意識地以介入“M 集團有限公司”的電腦數據資料的處理結果，並更改“XX 會”貴賓廳的電腦系統的賭客聯絡電話號碼，並隨後冒充被更改電話號碼的客戶身份，由第六嫌犯 E 從“.....娛樂場”的“XX 會”貴賓廳提取顧客 Q 兌碼戶口之內的五百萬港幣現金籌碼的款項；由第七嫌犯 I 從“.....娛樂場”的“XX 會”貴賓廳提取顧客 R 兌碼戶口之內的一千萬港幣現金籌碼，彼等行為令“XX 會”貴賓廳承受港幣合共一千五百萬港幣的相當巨額的損失的行為界定為第 11/2009 號法律《打擊電腦犯罪法》第 11 條第 1 款第(1)項和第 3 款第(2)項規定及處罰的一項相當巨額的電腦詐騙罪。

然而，從上述事實中可以看到，相關嫌犯具有兩個不同的犯罪決意(透過不同的客戶假資料騙取兩筆款項)，具體實施的行為亦不相同，(由不同的嫌犯假扮客戶到不同的娛樂場提取籌碼。)

因此，上述的行為應被界定為第 11/2009 號法律《打擊電腦犯罪法》第 11 條第 1 款第(1)項和第 3 款第(2)項規定及處罰的已遂的兩項相當巨額的電腦詐騙罪。

然而，根據《刑事訴訟法典》第 399 條規定，由於本上訴僅由嫌犯提起，本院不得對上訴人加刑，只能維持原審法院對各上訴人所判處的徒刑。

4. 上訴人 A 及 C 提出關於連續犯的問題，指出應該把各上訴人的多次獨立行為以連續犯論處。

根據《刑法典》第 29 條第 2 款對連續犯作出了規定：“數次實現同一罪狀或基本上保護同一法益之不同罪狀，而實行之方式本質上相同，且係在可相當減輕行為人罪過之同一外在情況誘發下實行者，僅構成一連續犯。”

中級法院於 2011 年 3 月 17 日第 913/2010 號刑事上訴案判決中指出：“而在對這條文的第二款作出準確的法律解釋前，必須重溫葡萄牙科英布拉大學法學院已故刑事法律教授 EDUARDO CORREIA 先生就連續犯這概念所主張、並得到澳門現行《刑法典》第 29 條第 2 款行文實質吸納的權威學說（詳見其書名為‘DIREITO CRIMINAL’的刑法教程，第二冊，科英布拉 Almedina 書局，1992 年再版，第 208 頁及續後各頁的內容）。

根據這學說，以連續犯論處犯罪人的真正前提，是奠基於在具體案情內，存在一個可在相當程度上，使行為人在重複犯罪時感到便利、和因此可相當減輕（亦即以遞減方式逐次減輕）其在每次重複犯罪時的罪過程度的外在情況。

該位著名刑事法律教授在上述刑法教程第二冊第 210 頁中，就列舉了四個典型範例，以確定何謂「外在情況」：

一、 如針對 1886 年葡國《刑法典》所指的通姦罪行，倘姦夫甲與情婦乙在實施第一次通姦行為後，兩人同意將來繼續通姦，則針對這兩人的第一次和續後的通姦行為，得以連續犯論處；

二、 甲首次發現某住宅有一虛掩暗門，遂決定透過此門入內偷竊。在得手後，日後仍發現該住宅的暗門仍存在，故再以相同手法，多次利用該扇虛門入屋內偷竊；

三、 某曾在過去製造假錢幣的技師，被要求再利用在首次鑄假幣時製造的假幣鑄造模具，去再次實施鑄假幣的罪行；

四、 某盜賊原祇想入屋盜取特定珠寶，但在完成實施這犯罪計劃後，卻同時發現屋內還有現金，因此臨時決定擴大原先偷竊活動的範圍，把現金也偷去。

在上述四個範例中，行為人在第二次的犯罪行為的過錯程度均在相應的「外在情況」出現下，得到相當的減輕，故基於實質公平原則和過錯原則，應以連續犯論處。

由此可見，現行《刑法典》有關連續犯概念方面的第 29 條上述行文，是深受該權威學說的影響。

另須強調的是，在決定是否以本屬數罪並罰的法定例外處罰機制的連續犯懲罰制度去論處犯罪行為人時，是祇從其過錯層面（或罪狀的主觀要素方面）去考慮（註：而這亦是實質公平原則和過錯原則

所使然)，而不會考慮犯罪人在第二次和倘有的續後各次重複犯罪中所造成的犯罪後果，因涉及諸如犯罪後果等的客觀情節，祇會在適用澳門《刑法典》第 73 條所指的連續犯法定刑幅內作具體量刑時，才加以考慮。」”

正如助理檢察長在其意見書中所述：“根據已證事實，發生於 2012 年 4 月 28 日及 2012 年 6 月 6 日的總共三次犯罪行為之間，基本沒有所謂前者依賴後者或後者依賴前者的關係，相反，是各自的存在及擁有各自的自主性。我們更看不到構成連續犯的必然要件“能明顯減輕行為人罪過的外在誘因”的存在。

試問，連續犯最基本的要件都未有出現，那又如何以連續犯的方式進行論處？”

考慮到本案的具體情節，各上訴人所實施的電腦詐騙及相當巨額電腦詐騙行為，並未出現任何誘發或促使上訴人多次犯罪的外在因素，而有關事實反而顯示其慣常及具有傾向性地行騙他人以獲取不正當利益，由此亦不能得出上訴人的故意程度因客觀條件的持續存在而獲得相當減輕從而降低對其行為的譴責程度的結論，故此，本案不存在連續犯的情況。

因此，各上訴人上述部分的上訴理由亦不成立。

5. 上訴人 D 及 C 提出由於他們已把自己部分的不法所得作出返還，因此，原審法院應適用《刑法典》第 201 條之規定，把刑罰作出特別減輕。

《刑法典》第 201 條規定：“一、如在第一審之審判聽證開始前，返還盜竊或不正當據為己有之物，又或行為人彌補所造成之損失，且未對第三人構成不正當之損害者，則特別減輕刑罰。

二、如返還部分或彌補部分者，得特別減輕刑罰。”

根據卷宗資料，上訴人 D 實際支付的賠償金額為港幣三十萬元，而其他部分，是透過偵查人員在偵查階段加以扣押的，兩部分總和即為他在犯罪行為中的實際不法所得的全部。上訴人支付的賠償只能視為作了部分的給付，因為其餘部分乃偵查人員所發現及加以扣押，並非上訴人出於本意所作出的返還。

上訴人 C，已向受害人支付金額為港幣三百三十六萬六仟元的賠償金，是由其胞姐 N 向受害人支付，並非透過其本人的能力而達成的。

另外，根據原審判決，各上訴人仍欠兩名受害人總數達三百多萬元的民事賠償。

而根據《刑法典》第 201 條第 2 款之規定，如返還部分者，則可考慮給予特別減輕刑罰。

關於《刑法典》第 201 條的適用的問題，根據學說理論，可以得到特別減輕刑罰的“對損失的彌補”的行為必須是行為人（嫌犯）在開始第一審的庭審之前的任何訴訟階段主動作出的行為，至少也是

受害人提出要求並且被嫌犯接受的對損失的全部補償的行為。⁴

本案例中，兩名上訴人的行為都未能很明確的反映出兩人已透過作出部分返還而展現出清晰的悔悟訊號。

故此，上訴人並未具備特別減輕刑罰的所有法定條件。

6. 五名上訴人均提出原審法院判決的量刑過重。

《刑法典》第 40 條規定：

“一、科處刑罰及保安處分旨在保護法益及使行為人重新納入社會。

二、在任何情況下，刑罰均不得超逾罪過之程度。

三、保安處分僅在其與事實之嚴重性及行為人之危險性相適應時，方得科處之。”

《刑法典》第 65 條規定：

“量刑須根據《刑法典》第 65 條之規定。一、刑罰份量之確定須按照行為人之罪過及預防犯罪之要求，在法律所定之限度內為之。

二、在確定刑罰之份量時，法院須考慮所有對行為人有利或不利而不屬罪狀之情節，尤須考慮下列情節：

a)事實之不法程度、實行事實之方式、事實所造成之後果之嚴重性，以及行為人對被要求須負之義務之違反程度；

⁴ Paulo Pinto de Albuquerque 在其著作 *Comentário do Código Penal* 中所言（第 570 頁）。

- b)故意或過失之嚴重程度；
- c)在犯罪時所表露之情感及犯罪之目的或動機；
- d)行為人之個人狀況及經濟狀況；
- e)作出事實之前及之後之行為，尤其係為彌補犯罪之後果而作出之行為；
- f)在事實中顯示並無為保持合規範之行為作出準備，而欠缺該準備係應透過科處刑罰予以譴責者。

三、在判決中須明確指出量刑之依據。”

犯罪的預防分為一般預防和特別預防二種：前者是指通過適用刑罰達到恢復和加強公眾的法律意識，保障其對因犯罪而被觸犯的法律規範的效力、對社會或個人安全所抱有的期望，並保護因犯罪行為的實施而受到侵害的公眾或個人利益的積極作用，同時遏止其他人犯罪；後者則指對犯罪行為和犯罪人的恐嚇和懲戒，且旨在通過對犯罪行為人科處刑罰，尤其是通過刑罰的執行，使其吸收教訓，銘記其犯罪行為為其個人所帶來的嚴重後果，從而達到遏止其再次犯罪，重新納入社會的目的。

上訴人 A、B、C、D 及 E 所觸犯的相當巨額電腦詐騙罪，各人可被判處二年至十年徒刑；

上訴人 A、B 及 C 所觸犯的電腦詐騙罪(未遂)，各人可被判處一個月至二年徒刑；

上訴人 E 所觸犯的使用具特別價值的偽造文件罪，可被判處一年至五年徒刑。

上訴人 B、D 及 E 為初犯；上訴人 A 及 C 非為初犯。

五名上訴人共同合意，有計劃地以介入電腦數據資料處理結果的方式，使受害人造成相當巨額損失，顯示彼等犯罪故意程度甚高。

另一方面，在考慮保護法益及公眾期望的要求時需知道，相當巨額電腦詐騙行為屬嚴重罪行，各上訴人的犯罪手法及涉及的不法利益，嚴重破壞娛樂博彩業的正常健康運作，而且詐騙金額相當巨大，有關犯罪行為亦直接侵犯相關行業的經濟損失，由此更加突顯預防此類犯罪的迫切性。

經分析有關事實及上述所有對上訴人有利及不利的情節，本案例中，原審法院對各人所作出的具體量刑實屬合理，量刑符合犯罪的一般及特別預防要求，並不存在過重的情況。

基於上述原因，五名上訴人提出的上訴理由均不成立。

四、決定

綜上所述，合議庭裁定五名上訴人提出的上訴理由均不成立，但本合議庭依職權改判如下：

上訴人 A(第一嫌犯) 以共同直接正犯和未遂方式觸犯一項第 11/2009 號法律通過的《打擊電腦犯罪法》第 11 條第 1 款第(1)項規定及處罰的電腦詐騙罪；以共同直接正犯和既遂方式於觸犯兩項第 11/2009 號法律通過的《打擊電腦犯罪法》第 11 條第 1 款第(1)項和第

3 款第（2）項規定及處罰的相當巨額的電腦詐騙罪；

上訴人 B(第三嫌犯) 以共同直接正犯和未遂方式觸犯一項第 11/2009 號法律通過的《打擊電腦犯罪法》第 11 條第 1 款第(1)項規定及處罰的電腦詐騙罪；以共同直接正犯和既遂方式於觸犯兩項第 11/2009 號法律通過的《打擊電腦犯罪法》第 11 條第 1 款第(1)項和第 3 款第（2）項規定及處罰的相當巨額的電腦詐騙罪；

上訴人 C(第四嫌犯) 以共同直接正犯和未遂方式觸犯一項第 11/2009 號法律通過的《打擊電腦犯罪法》第 11 條第 1 款第(1)項規定及處罰的電腦詐騙罪；以共同直接正犯和既遂方式於觸犯兩項第 11/2009 號法律通過的《打擊電腦犯罪法》第 11 條第 1 款第(1)項和第 3 款第（2）項規定及處罰的相當巨額的電腦詐騙罪；

上訴人 D(第五嫌犯)以共同直接正犯和既遂方式於觸犯兩項第 11/2009 號法律通過的《打擊電腦犯罪法》第 11 條第 1 款第(1)項和第 3 款第（2）項規定及處罰的相當巨額的電腦詐騙罪。

維持原審其餘判決。

判處五名上訴人各繳付 6 個計算單位之司法費以及上訴的訴訟費用。

訂定上訴人 E 辯護人辯護費為澳門幣 2,000 圓。

著令通知。

2015 年 3 月 26 日

譚曉華 (裁判書製作人)

蔡武彬 (第一助審法官)

司徒民正 (第二助審法官)
(Votei a decisão).